

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO - CED  
CURSO DE PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE  
LIBERDADE: “OLHARES” SOBRE OS ESTUDANTES**

CAMILA ROSILDA VIGGANIGO  
FLORIANÓPOLIS, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
CENTRO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO - CED  
CURSO DE PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE  
LIBERDADE: “OLHARES” SOBRE OS ESTUDANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à  
Universidade Federal de Santa Catarina para a  
obtenção do Grau de licenciada em Pedagogia.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Hermínia Lage  
Fernandes Laffin. Coorientadora: Ms<sup>a</sup> Paula  
Cabral.

CAMILA ROSILDA VIGGANIGO

FLORIANÓPOLIS, 2016.

**Camila Rosilda Vigganigo**

**EDUCAÇÃO NOS ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: “OLHARES” SOBRE  
OS ESTUDANTES**

Este Trabalho de Conclusão de curso foi julgado e \_\_\_\_\_ em sua forma  
obtendo nota \_\_\_\_\_.  
Florianópolis, 8 de agosto de 2016.

---

Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>ª</sup>. Doutoranda Paula Cabral  
Coorientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Dr<sup>ª</sup>. Angélica Silvana Pereira  
Membro titular  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>ª</sup>. Doutoranda Samira de Moraes Maia Vígano  
Membro titular  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Doutorando Anderson Carlos Santos de Abreu  
Membro suplente  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que de alguma maneira participaram do meu processo de formação durante o curso.

## AGRADECIMENTOS

Desejo aqui expressar, meus singelos agradecimentos a todos/as que contribuíram com esse trabalho;

Primeiramente agradeço ao meu Pai Celestial e a todas as energias positivas que foram encaminhadas a mim, que confortaram meu espírito em todos os momentos de alegria e tristeza, inclusive na construção deste trabalho.

Agradeço também, aos meus pais e ao meu irmão, que são as pessoas que eu mais admiro e amo na vida, por todo apoio e por acreditar em mim, agradeço por estarem e se fazerem presentes nos momentos mais importantes para mim. Dedico a vocês todas as minhas conquistas.

Também sou agradecida, ao meu namorado Guilherme N. da Silveira, pelo companheirismo e paciência comigo, e por estar presente nos bons e maus momentos da minha formação acadêmica e sempre buscou deixar as coisas mais leves e tranquilas para mim.

À minha orientadora Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, por todos os momentos de diálogo e aprendizagem.

Agradeço imensamente a minha coorientadora Paula Cabral, por toda a atenção, compromisso, incentivo e pela partilha de conhecimentos.

À minha eterna companheira Thais Marcelino, por todo carinho, atenção e paciência comigo, por todos os momentos de escuta e compreensão.

A todos os meus amigos, que participaram e colaboram desse processo, Vanessa Martins, Ana Karoline, Mayara Fontão, Willian Souza, Aline Neves e tantos (as) outros (as).

Agradeço as colegas de estudos nos momentos de orientação, Francine Gomes e Deyse.

A todos que de alguma maneira colaboraram para que os meus estágios não obrigatórios, fossem ricos de boas experiências. Em especial Joice Rodrigues, Danielle Alves, Graziela Medeiros e Michele Borba.

E aos professores do curso de graduação em Pedagogia da UFSC que participaram da minha formação acadêmica.

*Um tempo virá. Uma vacina preventiva de erros e violências se fará. As prisões se transformarão em escolas e oficinas. E os homens imunizados contra o crime, cidadãos de um novo mundo, contarão às crianças do futuro estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo superado. Aqueles que acreditam, caminham para frente!*

*Cora Coralina*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise sobre as abordagens das pesquisas que tratam dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos contextos de privação e restrição de liberdade. A pesquisa, com uma abordagem qualitativa, teve como procedimentos metodológicos levantamentos bibliográficos e documentais. Um breve histórico da EJA foi delineado com base na produção de Haddad e Di Pierro (2000). Para a compreensão dos sujeitos da EJA utilizei produções de Dayrell (1996), com articulações a Arroyo (2005) e Laffin (2007) para compreender as especificidades sobre a modalidade. Nas discussões sobre os sujeitos em situação de privação ou restrição de liberdade e a educação nesses espaços me apropriei dos estudos de Ireland (2010), Resende (2011) e Onofre (2007, 2015). Diante desse processo investigativo constatei que existem muitas pesquisas que contemplam os espaços de privação e restrição de liberdade, porém ainda existem poucas pesquisas que tratam das especificidades dos sujeitos da EJA tendo em vista os contextos prisionais. Um dos resultados da pesquisa possibilitou perceber que os estudos levantados buscam discutir, em sua grande maioria, as percepções dos sujeitos que estão em situação de privação e restrição de liberdade sobre a educação escolar e a própria prisão, o que nos leva a entender que existem movimentos para a escuta e compreensão destes sujeitos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Taxa da população prisional por Unidades da Federação.....	34
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mapeamento de trabalhos a partir de descritores e banco de dados.....	43
Quadro 2: Mapeamento de trabalhos a partir de descritores.....	44
Quadro 3: Identificação por ano de publicação da pesquisa.....	45
Quadro 4: Mapeamento por área de conhecimento e tipo de trabalho.....	46
Quadro 5: Mapeamento dos trabalhos da área da educação por região, instituição e tipo de trabalho.....	47
Quadro 6: Levantamento dos temas encontrados nos trabalhos da área da educação.....	50
Quadro 7: Reconhecimento dos Trabalhos: autor, título, orientador (a), instituição, titulação, área de conhecimento e ano.....	52
Quadro 8: Resumos dos Trabalhos para análise com autor e ano.....	55
Quadro 9: Resultados das pesquisas organizado por autor e ano.....	60
Quadro 10: Distribuição quanto ao eixo de pesquisa, autor e ano, e fundamentação teórica.....	63

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Pessoas privadas de liberdade no Brasil em junho de 2014.....	34
Tabela 2: Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais.....	35

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD/IBCT - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CED - Centro de Educação.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

DCNs- Diretrizes Curriculares Nacionais.

EaD - Educação a Distância.

EJA- Educação de Jovens e Adultos.

FUNDEB - Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.

LEP - Lei de Execução Penal.

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC- Ministério da Educação e Cultura.

MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PAS - Programa Alfabetização Solidária.

PLANFOR - Plano Nacional de Formação do Trabalhador.

PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba.

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco.

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa Alfabetização Solidária.

PEE/SC - Plano Estadual de Educação de Santa Catarina.

PEESP - Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.

PNE - Plano Nacional de Educação.

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina.

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia.

UNE - União Nacional dos Estudantes.

UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

UNESC - Universidade do Extremo Sul Catarinense.

UNICAM - Universidade Estadual de Campinas.

SCIELO –Scientific Electronic Library Online.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.....</b>	<b>16</b>
2.1 A Modalidade EJA no Brasil.....	18
2.2 A Oferta de EJA nos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade: Aspectos Legais.....	22
2.3 Articulações da EJA nos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade: Especificidades dos Estudantes.....	36
<b>3. O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE A EJA EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE.....</b>	<b>41</b>
3.1 Apresentação das pesquisas.....	42
3.2 Análise das produções que tratam da educação para os sujeitos em privação/restrição de liberdade.....	53
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>72</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O motivo pelo qual escolhi trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nesta pesquisa foi o interesse proporcionado a partir da leitura dos textos da disciplina de Educação de Jovens e Adultos, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina. O fato do assunto não ser uma prioridade no curso, despertou-me ainda mais curiosidades sobre como trabalhar com esses sujeitos; como é construído o currículo; como se estrutura essa modalidade; quais suas práticas pedagógicas e como acontece esse processo de aprendizagem na EJA. No decorrer das aulas da referida disciplina, alguns textos me mobilizaram para a efetiva compreensão do tema; textos esses que vou utilizar para apresentar a EJA, justificar a importância da mesma no sistema educacional brasileiro e para que os sujeitos na EJA possam encontrar um espaço capaz de atender as suas especificidades, tempos e direitos.

Estudar sobre a EJA me trouxe dúvidas em relação às especificidades dos sujeitos que buscam essa modalidade e como tais particularidades influenciam nas práticas pedagógicas com jovens, adultos e idosos. Me senti provocada a investigar como essas questões são tratadas nesse campo de estudos, principalmente em relação aos sujeitos inseridos no sistema prisional, a partir de algumas indagações: Quem são esses sujeitos? Como seu direito à escolarização é tratado? Qual o objetivo desta modalidade nas prisões? Como os estudantes que buscam estudar nesses espaços percebem a escola, os professores e o próprio processo de escolarização?

Partindo de documentos que tratam formalmente da Educação de Jovens e Adultos farei uma análise sobre como as especificidades dos estudantes estão apresentadas, e como nessas orientações legais devem ser considerados os sujeitos em privação ou restrição de liberdade nas práticas educativas.

Realizei um levantamento em leis, resoluções, decretos e pareceres na área da EJA e dessa modalidade em espaços de restrição e privação de liberdade, identificando as concepções sobre os sujeitos estudantes da EJA em, suas especificidades e direitos, tendo por base discussões feitas pelos pesquisadores da área. O histórico da EJA no país foi delineado com base na produção de Haddad e Di Pierro (2000). Para a compreensão dos sujeitos da EJA utilizei produções de Dayrell (1996), com articulações ao Arroyo (2005) e Laffin (2007) para compreender as especificidades sobre a modalidade. Nas discussões sobre os sujeitos em situação

de privação ou restrição de liberdade e a educação nesses espaços me apropriei dos estudos de Ireland (2010), Resende (2011) e Onofre (2007 e 2015).

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de caráter bibliográfico, documental e qualitativo, pois

[...] quando se fala de pesquisa qualitativa se refere à coleta informações e tratamento de sem uso de análise estatística, a instrumentos como entrevistas abertas, relatos, depoimentos, documentos que não fecha a interpretação num único sentido (paráfrase), mas, permite o jogo de sentidos (polissemia). (GAMBOA, 2003, p.399)

Em relação à abordagem do problema pretendo utilizar a pesquisa qualitativa com o intuito de perceber o que as concepções teóricas apresentam sobre as especificidades dos sujeitos, articulando-as com os elementos que a legislação apresenta.

Pretendo nesta pesquisa, apresentar um mapeamento do Estado do Conhecimento conforme define Romanowski e Ens (2006). Portanto, meu objetivo principal foi o de desenvolver um levantamento de pesquisas na área da Educação de Jovens e Adultos, na intenção de identificar e analisar quais abordagens estão presentes nos estudos que tratam sobre os sujeitos estudantes dessa modalidade em educação nos espaços de privação e restrição de liberdade.

Com tal foco busquei realizar leituras que me pudessem situar a EJA historicamente compreendendo como os desdobramentos da trajetória dessa modalidade em nosso país incidiram sobre a oferta de EJA em espaços de privação e restrição<sup>1</sup> de liberdade. Posteriormente fiz uma análise da legislação referente à EJA na intenção de identificar como o direito à educação se vincula à compreensão dos estudantes privados de liberdade. De modo paralelo, organizei um conjunto de produções nessa área de modo a me aproximar do meu objetivo de estudo e na sequência fiz um mapeamento das pesquisas em âmbito nacional sobre educação em espaços de privação e restrição de liberdade no intuito de identificar as concepções sobre os estudantes dessa modalidade.

---

<sup>1</sup> Segundo o Decreto-Lei nº 2.848, que trata do Código penal; existem três tipos de penas, as penas privativas de liberdade; as restritivas de direitos e as penas de multa. A diferença entre elas é que a pena de privação de liberdade deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A pena de restrição de liberdade consiste na perda de alguns direitos, como prestação pecuniária, perda de bens e valores, limitação de fim de semana, entre outros. A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. (BRASIL, 1940).

A EJA é um campo ainda em pleno desenvolvimento na sociedade brasileira e se constitui como direito público subjetivo<sup>2</sup> dos cidadãos brasileiros. A escola 'regular' que vem por muito tempo excluindo e rotulando sujeitos com supostos fracassos escolares, ainda não conseguiu cumprir com o seu objetivo principal que é uma Educação Básica de qualidade para todos.

Assim como na escola dita 'regular' as práticas pedagógicas educativas na EJA deveriam atender as especificidades dos sujeitos estudantes. A EJA deve ser um espaço em que os estudantes consigam acessar o que lhes é de direito, tendo em vista as possibilidades que a escolarização oferece em termos de inserção das relações sociais. Para isso, os sujeitos da EJA, jovens, adultos e idosos precisam aprender algo que produza sentido em suas vidas, algo que faça parte da sua realidade. Por isso Laffin (2007) menciona que os processos de escolarização da EJA necessitam respeitar e procurar articular o processo pedagógico às particularidades dos sujeitos jovens, adultos e idosos. Estas peculiaridades, segundo a autora, remetem a uma necessidade de flexibilização, tanto curricular, como de organização e validação dos tempos escolares.

Entretanto, acredito que se a educação 'regular' for reconstruída, seja no campo político, social e pedagógico, agregando alguns princípios e olhares que a EJA nos apresenta, poderia assim mudar os rumos da educação básica brasileira, partindo de uma visão diferente da criança e do adolescente, enxergando-os para além de um aluno, entendendo que antes de entrarem na escola os sujeitos já possuem conhecimentos em função de suas trajetórias de vida. A apropriação de conhecimento não está necessariamente localizada na escola, mas em todo o contexto que o sujeito vive no local onde trabalha e nos espaços que convivem com outras pessoas, como na família, na escola e em espaços de entretenimento.

A partir desse aprender, em diversos espaços que os sujeitos iniciam o processo de hominização, de singularização e socialização, o que permite a percepção da importância das relações com os outros sujeitos e com o mundo o que possibilita a construção e a apropriação dos modos tipicamente humanos de ser e existir. É necessário que a escola tenha a intenção de conhecer as trajetórias vividas pelos sujeitos, valorizando os saberes trazidos por eles, atribuindo significados a partir desses saberes para a construção dos saberes científicos construídos historicamente pela sociedade. (CHARLOT, 2000 p.53 apud LAFFIN, 2007 p.104)

---

<sup>2</sup> O direito público subjetivo é aquele no qual o titular de um direito pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. O titular deste direito é qualquer pessoa de qualquer faixa etária que não tenha tido acesso à escolaridade obrigatória. É subjetivo, por ser algo que é próprio deste indivíduo. Na prática, este direito significa que o titular de um direito público subjetivo tem asseguradas a defesa, a proteção e a efetivação imediata do mesmo quando negado. (BRASIL, 2000: 22-23).

Portanto, essa pesquisa está dividida da seguinte maneira, na primeira, intitulada como *Introdução*, busco descrever o interesse pela pesquisa, os objetivos, a problemática e a estrutura da análise. A segunda parte *A educação de Jovens, Adultos e Idosos*, apresenta com a colaboração de autores que permeiam a temática EJA, algumas características dessa modalidade, do currículo e também dos sujeitos que participam do processo educativo da EJA; em seguida, trago um breve histórico sobre a EJA no Brasil e um item sobre *A Oferta de EJA nos Espaços de Privação de Liberdade: Aspectos Legais*, onde procurei com base nos documentos oficiais articulações da EJA nos espaços de Privação de Liberdade, buscando compreender como são entendidas e consideradas as especificidades dos sujeitos nestes espaços que também devem assegurar a oferta de EJA. Para finalizar o primeiro capítulo trouxe as *Articulações da EJA nos Espaços de Privação de Liberdade: Especificidades dos Estudantes*, em que discuti sobre os sujeitos que se encontram em situação de privação e restrição de liberdade, suas características e como a EJA nesses espaços pode contribuir para inserções sociais desses sujeitos.

O segundo capítulo apresenta *O Estado do Conhecimento de pesquisas sobre a EJA em Espaços de Privação e Restrição de Liberdade*, onde fiz uma *Apresentação das Pesquisas*, a partir dos levantamentos elaborados na sequência procedi a uma *Análise das produções que tratam da educação para os sujeitos em privação/restrrição de liberdade*, esta parte busca organizar também em forma de quadros, a análise feita dos trabalhos da área da educação. E por fim, estão as *Considerações Finais*, que apresentam constatações e relações entre as pesquisas analisadas e meu problema investigado.

Na sequência busco apresentar algumas características da modalidade EJA, com base nos estudos de autores que permeiam esta temática.

## 2. A EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS.

Estudar sobre a EJA é poder entender o quanto o nosso sistema educacional não atende as especificidades dos estudantes, principalmente na escola 'regular', na qual pouco se sabe sobre aquela criança ou adolescente; pouco se pensa sobre os interesses daqueles sujeitos, importando-se principalmente com os conteúdos pragmáticos; as rotinas; as memorizações e técnicas, valorizando-se pouco as experiências já vividas pelas crianças e adolescentes que estão inseridos na escola. O que realmente importa é o cumprimento da grade curricular muitas vezes engessada, rígida e antiquada. “Os jovens e adultos da EJA são uma denúncia clara da distância intransponível entre as formas de vida a que é condicionada a infância, adolescência e a juventude populares e a teimosa rigidez e seletividade do nosso sistema escolar”. (ARROYO, 2005, p. 48)

A escola pública brasileira, em grande medida, exclui todos os anos milhares de crianças e adolescentes, excluem no sentido de não se importar e não saber lidar com as diferentes formas de aprendizagem, com os tempos e muito menos com as realidades de vida destes estudantes. E são estes, os sujeitos que chegam à EJA não somente excluídos da escola, o que faz com que estes sujeitos fiquem as margens das sociedades tendo o direito da escolarização negada. É importante compreender estes sujeitos como jovens-adultos em suas trajetórias humanas. Ver que antes deles serem excluídos e evadidos da escola, são excluídos da sociedade; são sujeitos com direitos mais básicos da vida negados como "o afeto, à alimentação, à moradia, ao trabalho e à sobrevivência". (ARROYO, 2005, p. 24)

Desde que a EJA foi criada, os jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados, negros e que vivem nos limites da sobrevivência; jovens e adultos populares. Portanto esses são os sujeitos, pessoas que acabaram evadiram ou nunca foram pra escola, que precisaram em sua maioria, trocar a escola pelo trabalho e que volta para a EJA uma modalidade da educação básica, dentro de um sistema educacional público destinada às classes populares, que é destinada muitas vezes para as pessoas que não conseguiram concluir o processo de escolarização na idade obrigatória.

Para a “reconfiguração” que Arroyo (2005) propõe para a EJA, é preciso que a mesma assuma trajetórias coletivas de negação de direitos que são historicamente negados, "consequentemente teremos de assumir a EJA como uma política afirmativa, como um dever

específico da sociedade, do Estado, da pedagogia e da docência". (ARROYO, 2005 p.30) Não conseguiremos construir a imagem da EJA comparando-a ao suposto modelo ideal de escolarização que temos; modelo esse que é caracterizado pela sua rigidez, com disciplinas e grades curriculares fechadas.

A Educação de Jovens e Adultos recebe sujeitos que vivenciam cotidianamente as desigualdades sociais e raciais no qual se inclui a escola, que também é desigual, e que não pode traduzir-se num determinismo casual de condições de sucesso na escola. No caso da EJA, não pode significar uma fragilização e aligeiramento da escolarização na relação com o saber científico, com o conhecimento sistematizado pela humanidade.

Arroyo (2005) e Laffin (2007) articulam elementos teóricos e tratam das propostas pedagógicas, ao lidarem com o conhecimento; os professores não devem ser utilitaristas, imediatistas; antes de tudo, deve-se selecionar o trabalho com os conteúdos que não fiquem somente na realidade próxima dos seus alunos, mas que possam avançar no sentido de aprender os conhecimentos, significados e a cultura acumulados pela sociedade. Os autores falam da importância de considerar a história de vida e a intencionalidade dos sujeitos ao procurarem a escolarização, ao pensar a organização metodológica da aula, os critérios para a seleção dos conteúdos e as atividades.

Sob essa perspectiva na EJA faz-se necessário tecer redes entre os saberes escolares e os saberes sociais, valorizando a intencionalidade dos sujeitos na constituição da sua relação com o saber ao procurarem a escolarização, uma vez que vivem numa sociedade que valoriza práticas de uso escrita e do conhecimento sistematizado. (LAFFIN, 2007)

Conforme alguns pesquisadores da área, pensar propostas de EJA requer levar em consideração a trajetória dos sujeitos que trazem para o espaço educativo suas experiências como potencialidade e uma marca desses sujeitos.

O que é diferente acerca do estudante adulto é a experiência que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional; influencia os métodos de ensino, a seleção e o aperfeiçoamento dos mestres e do currículo, podendo até mesmo *revelar pontos fracos ou omissões nas disciplinas acadêmicas tradicionais e levar à elaboração de novas áreas de estudo.* (THOMPSON, 2002 p.13 apud CIAVATTA e RUMMERT, 2010 p.466)

Nessa linha, ressalto que, os conhecimentos construídos pela sociedade são privatizados e isto reflete na elaboração do currículo, ou seja, existem conhecimentos para as diferentes classes

sociais do sistema capitalista em que vivemos. Esta privatização resulta na transformação desses conhecimentos em mercadorias e distribuídos de formas desiguais, partindo das necessidades e interesses da classe dominante do sistema vigente. Isto resulta, segundo Ciavatta e Rummert (2010), na dualidade que é imposta pelo modo de produção capitalista, entre trabalho e ciência. O currículo da EJA em suas escolhas deriva de critérios de caráter sociopolítico que definem os procedimentos teórico-metodológicos e as práticas educativas.

No trabalho com Educação de Jovens e Adultos e Idosos, o currículo considera as necessidades e procura dialogar com os interesses de jovens, adultos e idosos com uma proposta que vai se desenvolvendo por uma lógica que tem especificidade própria e que propõe outra forma de lidar com o conflito e contradição de interesses presentes na vida e, por conseguinte na vida escolar.

Enfim, "a EJA não foi inventada para fugir do sistema público, mas porque neste não cabiam as trajetórias humanas dos jovens e adultos populares". (ARROYO, 2005 p.45) E é por isso que proponho investigar como as pesquisas no campo da Educação de Jovens e Adultas vêm discutindo as especificidades dos sujeitos que se tornam estudantes da EJA nos espaços de privação/restrrição de liberdade.

Em seguida, procuro retratar a modalidade EJA historicamente em nosso país; descrevendo os principais acontecimentos, contribuições e o desamparo das políticas educacionais com relação a esta modalidade.

## **2.1 A Modalidade EJA no Brasil**

A EJA foi criada com o intuito de enfrentar o atraso educacional do nosso país, a mesma se constituiu como tema de política educacional a partir das ações governamentais nos anos 1940 e 1950. Estas ações eram resultado da preocupação de oferta de escolarização às amplas camadas da população que até então eram excluídas da escola.

Segundo Haddad e Pierro (2000), a Educação de Jovens e Adultos iniciou no período colonial quando os jesuítas exerciam sua ação educativa para índios e posteriormente escravos negros. Mais tarde com a nossa primeira Constituição Brasileira, elaborada em 1824, foi instituída a garantia de uma "instrução primária e gratuita para todos os cidadãos" incluindo também os adultos; esta concepção pouco clara da EJA permaneceu presente nas Constituições

brasileiras posteriores. Por isso ao final do Império identificou-se por vários fatores um atraso educacional, cerca de 82% da população era analfabeta, vale destacar que no Brasil Império apenas a elite era alfabetizada, estavam excluídos do direito à educação os negros, indígenas e grande parte das mulheres. (HADDAD e PIERRO, 2000 p.109)

Já na Primeira República, a Constituição de 1891 torna pública a responsabilidade pelo ensino básico, descentralizando esta responsabilidade para as Províncias e Municípios, a União se encarregou pelo ensino secundário e superior; novamente se prioriza a educação da burguesia. Este mesmo documento exclui os adultos analfabetos da votação, sendo estes adultos a maioria da população. (HADDAD e PIERRO, 2000 p.109)

Neste mesmo período surge a preocupação com os precários índices de escolarização apresentado por nosso país, a educação passou a ser uma preocupação definitiva da população e das autoridades brasileiras; preocupação essa resultante das grandes mudanças ocorridas na indústria, passando a ser interesse da burguesia a educação da classe desfavorecida para o mercado de trabalho.

A educação para adultos passa a ser reconhecida como etapa da Educação e recebe um tratamento particular ao final da década de 1940, quando se firmou com um problema de política nacional. Com o Plano Nacional de Educação (PNE) de responsabilidade da União, previsto pela Constituição de 1934, deveria ter incluído entre suas normas o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória, e este ensino deveria ser extensivo aos adultos. (HADDAD e PIERRO, 2000 p.110)

Uma série de ações implementadas entre as décadas de 40 e 50, em favor da EJA fez com que os índices de analfabetismo caíssem para 46,7% no ano de 1960. (HADDAD e PIERRO, 2000 p.110)

Ainda segundo Haddad e Pierro (2000), os anos de 59 a 64 se concretizou como um período de “luzes” para a EJA, em função da realização de congressos que viabilizaram discussões sobre suas características específicas. Com outras compreensões houve um movimento de renovação pedagógica expresso em campanhas e programas na modalidade da educação de jovens e adultos, dentre eles: o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da União Nacional dos Estudantes (UNE); a Campanha De Pé no Chão Também

se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; e em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contou com a presença do professor Paulo Freire.

Nesse período as características próprias da educação de jovens e adultos foram reconhecidas exigindo um tratamento específico nos planos pedagógicos e didáticos, superando aquela visão reducionista que se tinha no período do Império de que os alunos desta modalidade eram sujeitos imaturos e ignorantes. Entretanto, esse processo foi interrompido politicamente pela imposição do regime de governo militar em 1964. De acordo com registros históricos, o golpe militar de 1964 oprimiu, perseguiu e censurou tudo e todos que tinham alguma ligação com os movimentos ligados à educação. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido assim como os trabalhos da campanha “De Pé no Chão”; a Secretaria Municipal de Educação de Natal foi ocupada, o Movimento de Educação de base da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) não só foi proibido como também foi transformado em 1970 em instrumento de evangelização. (HADDAD e PIERRO, 2000, p.113)

Como ainda havia a necessidade de resposta a um direito de cidadania que era a educação, Haddad e Pierro (2000), destacam a criação nesse momento do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização em 1967 e em seguida o Ensino Supletivo em 1971; quando foi publicada a Lei federal 5.692 que reformulava as Diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus. O Ensino supletivo foi criado para que se superasse o atraso educacional do país com a ideia de que a partir dele os cidadãos teriam a chance de escolarização que não tiveram no passado e também para aqueles que tivessem interesse em atualizar seus níveis de ensino. (HADDAD e PIERRO, 2000, p.117)

Após toda turbulência causada pelo regime militar, a retomada do governo nacional pelos civis em 1985 representa um período de “democratização das relações sociais e das instituições políticas brasileiras ao qual correspondeu um alargamento do campo dos direitos sociais”. (HADDAD e PIERRO, 2000, p.119) Foi um momento de reorganização dos movimentos sociais e sindicais, e esta movimentação em prol da democratização resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988 e determinou os direitos dos jovens e adultos à educação fundamental sendo dever do Estado oferecê-la de forma gratuita, pública e universal. (HADDAD e PIERRO, 2000, p.119)

Em 1985, na Nova República o MOBRAL foi extinto por não sobreviver às fortes críticas e aos baixos índices de resultados e substituído ainda em 1985 pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar) que logo no início do governo Fernando Collor de Mello foi abolida, ocasionando como salientam Haddad e Pierro (2000), a transferência direta de responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios.

Na década de 80 o grande desafio dos educadores é lidar com dois universos distintos, quando os professores têm de lidar com um grupo que enxerga a escola numa relação de tensão e conflito anterior, alunos que carregam em suas trajetórias escolares o rótulo de “alunos-problema” e que voltam à escola buscando superar dificuldades anteriores na EJA e também um grupo que de pessoas mais velhas, de origem rural e que nunca tiveram acesso às escolas. (HADDAD e PIERRO, 2000, p.127)

Durante a segunda metade dos anos 90, de acordo com Haddad e Pierro (2000), criaram-se três novos programas, nenhum deles coordenados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), desenvolvidos com parcerias entre diferentes instâncias governamentais, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. O Programa Alfabetização Solidária (PAS) criado em 1996 pelo Ministério da Educação e coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária, teve duração de apenas cinco meses. O segundo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), idealizado em 1997 e executado em 1998, envolvendo a parceria entre governo federal, universidades e sindicatos e movimentos sociais do campo, que tinha por objetivo a alfabetização inicial dos trabalhadores rurais, oferecendo cursos com um ano de duração e se destacava por sua parceria com as universidades em promover a formação dos alfabetizadores e a elevação de sua escolaridade básica. Em 1999 atingiu 55 mil alfabetizados, 2,5 mil monitores em 27 unidades da federação. E por último, o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR) coordenado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho, concebido como formação complementar a Educação Básica em parceria de instituições públicas e privadas de formação profissional.

Hoje, vivemos uma nova versão de exclusão, antes as crianças não frequentavam as escolas por falta de vagas, hoje elas estão matriculadas mais não desfrutam de aprendizagens significativas, e muitas vezes acabam por desistir e sendo excluídas da escola antes de concluir os

estudos. Outro problema enfrentado nas escolas atuais é a qualidade de ensino, mesmo estando num patamar elevado economicamente e tecnologicamente, as escolas ainda necessitam de reformas públicas, e infelizmente “o desafio maior, entretanto, será encontrar os caminhos para fazer convergir as metodologias e práticas da educação continuada em favor da superação de problemas” educacionais dos séculos XIX e XX, como a universalização da alfabetização. (HADDAD e PIERRO, 2000, p.119)

Após este breve histórico sobre a modalidade da Educação de Jovens e Adultos em nosso país, busco na sequência, apontar os principais documentos legais que tratam da oferta da EJA nos espaços de privação e restrição de liberdade, buscando compreender como são entendidas e consideradas as especificidades dos sujeitos nestes espaços que também devem assegurar a oferta de EJA.

## **2.2 A Oferta de EJA nos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade: Aspectos Legais**

Para compreender aspectos legais da EJA articulados às especificidades dos sujeitos estudantes que buscam essa modalidade da Educação Básica, em especial nos espaços de restrição e privação de liberdade, faz-se necessário retomarmos um conjunto de documentos que nos possibilitam situar a EJA enquanto direito. Dentre os documentos analisados estão:

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 7.210, de 13 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Parecer CNE/CEB 11/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
- Resolução Nº 2, de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais;
- Resolução Nº 3 de 15 de junho de 2010, que traz as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos;

- Parecer CNE/CEB Nº 4/2010, que complementa as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais;
- Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional;
- Plano Estadual de Educação em Prisões (2012);
- Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014;

A Constituição Federal de 1988, em seu segundo Capítulo, o artigo 6 aborda os direitos sociais e entre eles está o direito à educação. De acordo com esta legislação no artigo 23 é competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em regime colaborativo possibilitar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. No artigo 30 informa que competem aos municípios com colaboração técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.

No Capítulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, na primeira Seção que trata da Educação, o artigo 205 da Constituição afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988) Dentre os princípios do ensino estão: a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; diversificação de ideias e concepções pedagógicas, a garantia de padrão de qualidade e gestão democrática do ensino público.

Em seu artigo 208 a Constituição determina quais são os deveres do Estado, sobre a Educação Básica, que deve ser obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, de forma assegurada gratuitamente para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria proporcionando também ao educando, em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à

saúde. Convém salientar que no parágrafo 1º consta que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, portanto compete ao sujeito a busca para que tal direito se efetive.

Na mesma linha da CFE/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, trata em sua Seção V, da Educação de Jovens e Adultos e nos artigos 37 e 38 definem que a EJA é “destinada àqueles estudantes que não tiveram acesso ou não conseguiram continuar os estudos do Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. (BRASIL, 1996) Assim, os sistemas de ensino deverão “assegurar a estes estudantes ensino gratuito que considerem as especificidades desses alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, enfim suas características, mediante de cursos e exames”. (BRASIL, 1996)

Pela leitura dos documentos oficiais, constatei que existe a preocupação de que se leve em conta as especificidades destes sujeitos, suas condições de vida, determinado que o ensino deve ser gratuito mediante de cursos e exames. A LDBEN atual reforça esta determinação e complementa que no caso da EJA, esta é destinada aos sujeitos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos nos Ensino Fundamental e Médio na idade própria; determina também que esta modalidade deverá ser gratuita, com oportunidades educacionais apropriadas, que considere as características dos estudantes, as condições de vida e de trabalho; por meio de cursos e exames supletivos. A LDBEN 9.394/96 também institui que por ações integradas o Poder Público viabilizar e estimulará a permanência dos trabalhadores na escola e que a educação de jovens e adultos deverá se articular com a educação profissional.

Essa Lei também traz como função do poder Público viabilizar e estimular o acesso e a permanências destes estudantes trabalhadores na escola, mediante ações integradas e complementares entre si; a EJA deve se articular preferencialmente com a educação profissional, esta segundo a LDBEN no Capítulo III, deve estar integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

O Parecer CNE/CEB 11/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (DCNs EJA), busca esclarecer o que a LDBEN apresenta de modo sintético em relação à modalidade, por isso buscam discutir e esclarecer o direito à educação para todos. Esse documento trata dos fundamentos e funções da EJA, as bases legais das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA, também descreve sua trajetória e conjunturas que permearam os anos noventa junto aos índices e indicadores educacionais da época, assim como o a formação docente.

Com relação aos estudantes da EJA, tais diretrizes apontam que estes sujeitos adultos ou jovens adultos, com vida escolar mais acidentada e de classes econômicas mais desfavorecidas, que desejam trabalhar ou tratam-se de trabalhadores que precisam estudar. Ainda segundo o Parecer 11/2000, a clientela<sup>3</sup> do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais”. (BRASIL, 2000, p. 9)

Em relação às diferenças entre os estudantes da EJA e os estudantes da escola dita regular, as DCNs da EJA definem que se devem considerar as diversidades, pois os estudantes da EJA são jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de se reintegrar ao mercado de trabalho, sujeitos que enxergam as coisas com outros olhares. Para eles a escola ou foi algo ausente em sua vida ou foi algo que dela eles se evadiram para um retorno, em busca do direito do saber. Também, encontramos na EJA, jovens que sofreram com o fracasso escolar e dela se afastaram por razões de caráter sociocultural.

O documento descreve que é característica da EJA; entender seus estudantes com olhares diferentes da escola regular. Essa noção é recorrente nos documentos de EJA analisados. O reconhecimento e a contextualização de identidades pessoais e diversidades coletivas constituem-se nas DCNs EJA dos conteúdos curriculares desta modalidade, por isso faz-se necessário, identificar, conhecer, distinguir e valorizar as origens, os conhecimentos, aptidões e as experiências dos estudantes, com o objetivo de se utilizar disto, como princípio metodológico para que se produzisse uma atuação pedagógica capaz de gerar soluções justas, igualitárias e eficazes.

A contextualização das DCNs da EJA refere-se aos modos dos estudantes dispõe de seu tempo e de seu espaço, considerando e valorizando sua heterogeneidade, suas diversas experiências de trabalho, de vida e suas condições sociais, para a partir disso, compreender as práticas culturais e os valores que possuem.

Também nesse documento foi identificada uma argumentação em relação à necessidade em se considerar que os estudantes da EJA foram marcados por experiências negativas em relação à escolarização. Outro fator importante que o documento aborda neste capítulo é a

---

<sup>3</sup> O Parecer 11/2000 descreve os alunos da EJA como “Clientela”; este termo retrata a educação como serviço e não como direito social.

necessidade de percepção do perfil destes estudantes, de modo que os projetos pedagógicos sejam flexíveis respeitando os espaços e tempos destes alunos, atendendo suas expectativas e valorizando seus saberes e experiências. Nesse sentido, “não perceber o perfil distinto destes estudantes e tratar pedagogicamente os mesmos conteúdos como se tais alunos fossem crianças ou adolescente seria contrariar mais do que um imperativo legal. Seria contrariar um imperativo ético”. (BRASIL, 2000, p.63)

E ainda, em relação aos Cursos da Educação de Jovens e Adultos, as DCNs para EJA definem que as unidades educacionais devem construir sua identidade a partir de suas atividades considerando as necessidades de seus estudantes incentivando suas potencialidades, promovendo a autonomia nesses estudantes, para que eles aprendam e ultrapassando os níveis do conhecimento crescentemente, apropriando-se “do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver”. (BRASIL, 2000, p. 35)

Em complementação às DCNs de 2000, quase dez anos depois, foi aprovada a Resolução Nº 3 de 15 de junho de 2010, que traz as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos trata dos seguintes aspectos em relação à EJA: idade mínima para o ingresso na modalidade, a certificação nos exames e a EJA desenvolvida por meio da EaD, e reforça a necessidade de se fazer chamada ampliada de estudantes para o Ensino Fundamental em todas as modalidades, tal como se faz das pessoas de faixa etária obrigatória do ensino, com preciso incentivo e apoio às redes e sistemas de ensino que devem atuar de forma colaborativa.

Na mesma lógica da resolução anterior afirma que as políticas para o atendimento dos estudantes privados de liberdade na EJA devem garantir um atendimento específico para esse tipo de “alunado”, respeitando suas potencialidades, necessidades, e expectativas em relação à vida, às culturas juvenis e ao mundo do trabalho, adotando quando necessários mecanismos de aceleração da aprendizagem e escolaridade.

No tocante aos estudantes, sobre os exames, o artigo 7 (sete) da Resolução Nº 3/2010 o documento afirma ser de total responsabilidade dos sistemas de ensino, no caso de estudantes da rede de ensino federal isso fica a cargo da União, enquanto que para os estados a União tem apenas o dever de impulsionar os sistemas estaduais para ações que levem à certificação. No entanto, compete à União realizar avaliações das aprendizagens dos estudantes da EJA, integradas às avaliações já existentes para o Ensino Fundamental e Médio, que sejam capazes de

oferecer dados e informações para subsidiar as políticas públicas nacionais compatíveis com a realidade, sem o objetivo de apenas certificar o estudante.

Na intenção de compreender a EJA nos espaços prisionais, analisei documentos mais específicos na área como a Resolução N° 2, de 19 de Maio de 2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais que inicia seu texto falando sobre as responsabilidades do Estado e da sociedade em garantir o direito à educação dos jovens e adultos presentes nesses espaços.

O documento em questão, com base no que foi aprovado pela V e VI Confinteia, realizadas nos anos de (1997 e 2009), se refere à “preocupação de estimular oportunidades de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos” (BRASIL, 2010), por meio do Plano de ação para o Futuro, que visa garantir o direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas, proporcionando-lhes informações e acesso aos diferentes níveis de formação.

A Resolução N° 2/2010 também trata da responsabilidade pela educação nos estados e no Distrito Federal que devem ser realizadas em articulação com os órgãos responsáveis pela administração penitenciária; exceto nas penitenciárias federais no qual os programas educacionais estarão sob responsabilidade dos Ministérios da Educação em articulação com o Ministério da Justiça que poderá realizar convênios com os Estados, o Distrito Federal e Municípios. Além disso, trata do financiamento dizendo que, as fontes de recursos públicos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, são entre elas a do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), destinados à modalidade de Educação de Jovens e Adultos e, de forma complementar, com outras fontes estaduais e federais.

Essas orientações também abordam as ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e programas de implementação, prevendo a recuperação e manutenção das bibliotecas destinadas ao atendimento da população privada de liberdade e também da valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços.

Outro aspecto abordado por essas orientações é o envolvimento da comunidade e dos familiares dos indivíduos em situação de privação de liberdade, prevendo o atendimento diferenciado de acordo com as especificidades de cada medida e/ou regime prisional, considerando as necessidades de inclusão e acessibilidade, bem como as peculiaridades de gênero, raça e etnia, credo, idade e condição social da população atendida.

A partir dos elementos acima mencionados, a Resolução Nº 2/2010, prevê que a EJA seja promovida mediante vinculação a unidades educacionais a programas que funcionam fora dos estabelecimentos penais, isso para o desenvolvimento de políticas para elevação da escolaridade associada à qualificação profissional, em articulação a programas destinados aos jovens e adultos. Tal atendimento deverá contemplar todos os turnos, sendo organizado de modo que cumpra todas as peculiaridades de tempo, espaço e rotatividade da população carcerária, levando em consideração a flexibilidade prevista, em termos de organização e estrutura da Educação Básica, no artigo 23 da Lei nº 9.394/96 (LDBEN).

Convém salientar que para estudar a oferta de EJA nos espaços de privação de liberdade, foi necessário retomar alguns aspectos da Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984, ela institui a Lei de Execução das Penas (LEP), e apesar de ter obtido recentemente atualizações, ainda se caracteriza como legislação anterior a nossa Constituição Federal de 1988.

A referida legislação trata da educação a partir do seu artigo 17, em que compreende a assistência educacional como instrução escolar e formação profissional do preso e do internado<sup>4</sup>, que contempla a oferta de Ensino Fundamental e Médio, com formação geral ou educação profissional de nível médio, implantados nos espaços de privação de liberdade, em obediência a prescrição constitucional de sua universalização.

Ainda com relação à educação, chama atenção sua vinculação, na Seção IV da LEP/1984 com as possibilidades de remição da pena, pois o condenado que cumprir pena em regime fechado ou semiaberto poderá redimir seu tempo de execução de pena por trabalho ou por estudo, é diminuído um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar. A remição será declarada pelo Juiz da execução, e para fins de acumulação dos casos de remição deverá ocorrer um cálculo das horas diárias de trabalho e de estudo de forma que se compatibilizem com as outras possibilidades de remição pela leitura ou pelo trabalho. Quando impossibilitado por acidente de prosseguir o trabalho ou o estudo, o estudante continuará a beneficiar-se com a remição e o tempo a redimir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino Fundamental, Médio ou Superior, durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação. Essa mesma Lei aponta que atividades relacionadas ao estudo poderão ocorrer de forma presencial ou por a distância.

---

<sup>4</sup> Esses são termos para se referir aos sujeitos privados de liberdade com base na Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984, ela institui a Lei de Execução das Penas (LEP).

Há ainda o Parecer CNE/CEB N° 4/2010, que complementa as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, que retrata as características dos internos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Segundo este documento, a população carcerária do país tem em sua maioria pessoas jovens com idade entre 18 a 34 anos, do sexo masculino, negros ou pardos, com baixa escolaridade, pois grande parte, sequer concluiu o ensino Fundamental, portanto esse público se caracteriza por sujeitos provenientes de grupos mais desfavorecidos da população brasileira.

Assim como para todos os jovens, adultos e idosos, o direito à educação é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em prol do bem comum. Desta forma, ao se abordar a educação para este público é importante ter claro que os reclusos, embora privados de liberdade, mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, como é o caso da integridade física, psicológica e moral. O acesso ao direito à educação deve ser garantido universalmente na perspectiva acima delineada, com foco “no desenvolvimento saudável desses sujeitos, oferecendo-lhes uma capacitação adequada que garanta a sua reinserção social, evitando uma situação de desvantagem educacional”. (BRASIL C, 2010, p.12)

Entretanto, é importante destacar que também neste documento o público de EJA é abordado como clientela, termo que denomina e reforça a ideia de que a educação seria um serviço e não um direito social, conforme discussão anteriormente apresentada.

Diante do explicitado, busquei trazer elementos que ajudem a desconstruir a ideia de que a oferta de Educação de Jovens e Adultos aos sujeitos privados de liberdade seja benefício, pelo contrário, é direito público subjetivo previsto na legislação brasileira, reforçado por pactos internacionais dos quais o Brasil faz parte. Além disso, se evidencia na própria política de execução penal como necessário à reinserção social do apenado na garantia de sua cidadania. Isso significa, conforme aponta o Parecer CNE/CEB N° 4/2010, que a prisão, representa em tese, a perda dos direitos civis e políticos, com suspensão por tempo determinado, do direito do interno ir e vir, mas não implica, contudo, a suspensão dos seus direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional.

E complementa que no atual contexto, não adianta simplesmente replicar o modelo de escola existente – e atualmente criticado – para o sistema penitenciário, sem levar em

consideração todos os elementos que identificam e caracterizam a privação de liberdade. É necessário que as escolas nos estabelecimentos penais compreendam as reais necessidades do sujeito privado de liberdade e estejam voltadas para a garantia de direitos e de valorização à reinserção social.

O Decreto nº7. 626, de 24 de novembro de 2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional; de acordo com o exposto na LEP (1984) apresenta orientações de ampliação e qualificação da oferta da educação nos estabelecimentos penais. Este decreto tem como objetivo a reintegração social das pessoas privadas de liberdade, a integração dos órgãos responsáveis pelo ensino público e de execução penal, e também o incentivo a formulação de políticas de atendimento educacional para a criança que esta no estabelecimento penal, em razão da privação de liberdade de sua mãe. Em consonância com outros documentos que se referem à EJA em espaços prisionais, este documento reforça o incentivo da criação de planos estaduais de educação para o sistema prisional; também busca contribuir para a universalização da alfabetização e a ampliação da educação nesses estabelecimentos e busca integrar a educação profissional e tecnológica a EJA nos espaços prisionais e a continuidade dos estudos dos egressos.

Este documento, não trata especificamente dos sujeitos desta modalidade, mas aborda as recomendações com relação ao financiamento e da responsabilidade de coordenação e execução do PEESP (Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional).

Outro documento que trata sobre a EJA em espaços de privação de liberdade, é o Plano Estadual de Educação em Prisões/2012, que busca fazer um suporte entre LDBEN 9394/96 e LEP (1984), fazendo a consolidação das relações entre as Secretárias de Educação e Justiça, para a possível integração entre Educação e Execução Penal. Este documento, assim como o anterior não traz informações sobre os sujeitos estudantes da EJA em espaços prisionais; ele apresenta um histórico e um diagnóstico sobre a educação prisional do Estado de Santa Catarina, trata também da gestão e do financiamento deste Plano, sobre a organização da oferta de educação de maneira formal e não formal e da qualificação profissional. Assim como em outros documentos, discute sobre a formação continuada dos profissionais, sobre a certificação; e diferente de outros documentos aborda algumas práticas pedagógicas nesta modalidade.

O atual Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), aprovado pela Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014, com vigência por dez anos, apresenta estratégias e metas que visam

erradicar o analfabetismo, universalizar o atendimento escolar, superar as desigualdades educacionais, com destaque na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Também busca a melhoria da qualidade da educação, formação para o trabalho, a valorização dos profissionais da educação e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

Dentre as vinte metas apresentadas pelo PNE (2014-2024), apenas duas tratam da educação em espaços de privação de liberdade, sendo elas a nona e décima meta.

A meta que menciona a EJA particularmente é a 10ª meta, que pretende oferecer no mínimo 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos anos inicial e médio, na forma integrada à educação profissional. Em relação a estes sujeitos, esta meta entende que são estudantes trabalhadores, que necessitam de uma educação que esteja de acordo com suas características e considere suas especificidades, uma formação que organize o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses estudantes.

Também é objetivo desta meta a expansão das matrículas na EJA, e que se articule a formação inicial e continuada dos trabalhadores desta modalidade, deseja-se inclusive promover a integração entre a EJA e a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características dos estudantes da EJA.

Assim como, estimular a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliações, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada dos professores das redes públicas que atendem os estudantes da EJA articulados à educação profissional também são objetivos desta meta.

E ainda, fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores (as) articulada a EJA, com a colaboração e apoio de entidades privadas de formação profissional vinculada ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento a pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

Além dessas estratégias, o documento também pretende orientar a expansão da oferta EJA articulada a educação profissional, de maneira que atenda as pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando a formação específica dos professores (as) e a implementação de Diretrizes Nacionais em regime de colaboração; e por fim, busca-se implementar mecanismo de reconhecimento dos saberes dos estudantes, que sejam considerados

na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada dos cursos técnicos e de nível médio.

A educação de jovens e adultos é mencionada também na nona meta do documento, na estratégia 9.1 que visa assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação na idade própria; 9.2 que pretende realizar diagnóstico para a verificação da demanda ativa por vagas na EJA do Ensino Fundamental e Médio.

Na estratégia 9.5 que pretende realizar chamadas públicas regulares para a EJA, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil.

No que diz respeito à educação nos espaços de privação de liberdade, como já citado acima, o documento aborda na estratégia 9.8 que pretende assegurar a oferta de educação nas etapas de Ensino Fundamental e Médio para as pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, possibilitando formação específica aos docentes; e também na estratégia 10.10 que busca orientar a expansão de oferta da EJA articulada com a educação profissional, de forma que se atendam as pessoas privadas de liberdade.

O Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC - 2015) na linha do PNE/2014 salienta que a Educação de Jovens e Adultos, modalidade da Educação Básica, tem se tornado um importante instrumento para a universalização dos direitos humanos e a superação das desigualdades entre os povos.

Esse documento apresenta tabelas e gráficos com índices que preocupam com relação as desigualdades no acesso e no sucesso escolar dos grupos mais vulneráveis da população catarinense da Região Sul. Mesmo com o aumento da escolarização da população nos últimos anos, a oferta da EJA em SC ainda é algo a progredir, pois segundo o PEE/SC - 2015 representam 2% da matrícula nacional e 21,5% da região Sul.

O referido documento apresenta os seguintes dados: entre os anos de 2007 a 2013 a EJA de Ensino Fundamental teve cerca de 50% menos matrículas e o Ensino Médio uma queda de 36,7%. O documento também afirma que até o final da vigência do Plano Estadual de Educação o Estado tem como meta oferecer 10% das matrículas na EJA nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional, esta modalidade integrada à Educação de Jovens e Adultos foi proposta em função das especificidades dos sujeitos desta modalidade de ensino: jovens, adultos e idosos. No momento atual, Santa Catarina tem apenas 0,81% das matrículas da

EJA na forma integrada à Educação Profissional de nível fundamental e médio, valor baixo frente ao desafio de chegar a 10% no final da vigência deste plano.

No que se refere à educação prisional, o plano apresenta na meta nove, a estratégia 9.6 que pretende assegurar a oferta da EJA nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, garantindo a formação específica dos docentes e a implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração. Ainda nessa meta, na estratégia 9.13, consta que será preciso executar e manter políticas e programas que considerem as especificidades dos sujeitos em espaços de privação de liberdade, capazes de possibilitar a construção de novas estratégias pedagógicas, materiais didáticos e também programas educativos profissionalizantes na modalidade de educação a distância e presencial, no âmbito das escolas do sistema prisional, na Educação Básica, em consonância com o Plano Estadual de Educação em Prisões/2012.

A meta dez, em sua estratégia 10.12, visa à garantia e a efetivação da qualidade e a expansão da oferta de educação de jovens e adultos complementada à educação profissional; de modo a atender os estudantes que estão em espaço de privação de liberdade e em instituições socioeducativas. Em complementação, com a estratégia 14.9 que afirma ser necessário estimular os estudos e as pesquisas sobre diferentes temas como diversidades étnico-raciais, diferentes povos, público da educação especial e em situação de privação de liberdade.

Para verificar as estatísticas sobre o acesso à EJA pelos sujeitos em privação ou restrição de liberdade, exponho dados do Infopen<sup>5</sup> (2014) que sintetizam informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional brasileira.

Segundo o Infopen (2014) o número da população prisional ultrapassa os seiscentos mil presos, e calcula-se um déficit de 231.062 vagas no sistema prisional brasileiro. Tendo em vista que, estes dados podem conter erros ou estão incompletos por inúmeros motivos, entenderemos como dados aproximados ao real. Em seguida, a tabela demonstra o número da população prisional em Sistemas Penitenciários, Secretarias de segurança/Carceragens de delegacias e em Sistema Penitenciário Federal. Também, é possível nesta tabela verificar o número de vagas existentes e o déficit de vagas no nosso sistema penitenciário.

---

<sup>5</sup>Infopen – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias.

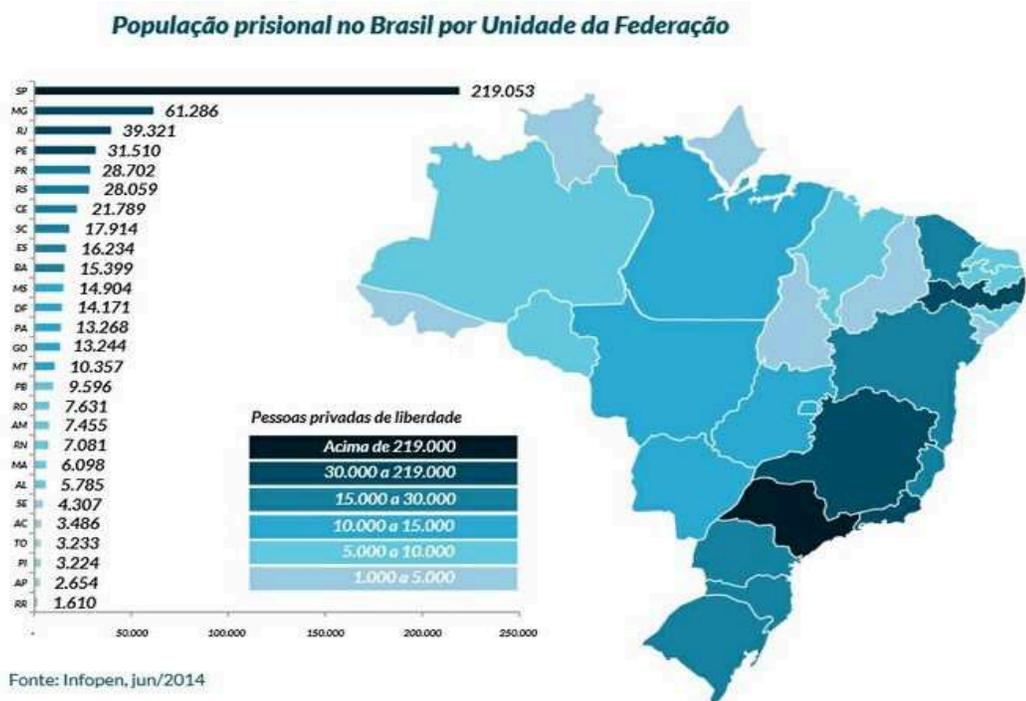
Tabela 1. Pessoas privadas de liberdade no Brasil em junho de 2014.

BRASIL 2014	
População prisional	607.731
Sistema Penitenciário	579.423
Secretarias de Segurança/ Carceragens de delegacias	27.950
Sistema Penitenciário Federal	358
Vagas	376.669
Déficit de vagas	231.062
Taxa de ocupação	161%
Taxa de aprisionamento	299,7

Fonte: Infopen, jun./2014.

O Infopen (2014) também demonstra as informações da população prisional por unidade da federação:

FIGURA 1 - Taxa da população prisional por Unidades da Federação.



Fonte: Infopen, jun./2014.

Diante do exposto, é possível identificar que, no estado de São Paulo está localizado o maior número de pessoas privadas de liberdade, contabilizando cerca de 219.053, número esse

que corresponde a 36% da população prisional do país. O segundo e terceiro lugar neste ranking são de Minas Gerais, com 61.286 presos, e Rio de Janeiro, com 39.321. O estado de Roraima é o com a menor população carcerária, e isto se explica através do índice populacional destes estados brasileiros.

Em seguida, apresento a tabela, também disponível no Infopen (2014) que demonstra o número de pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais nas respectivas regiões do país.

Tabela 2: Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais.

<b>Região</b>	<b>Pessoas em atividades educacionais</b>	<b>Pessoas presas por Regiões do País</b>
<b>Região Norte</b>	3478	39337
<b>Região Nordeste</b>	14391	104789
<b>Região Sudeste</b>	8444	335894
<b>Região Sul</b>	4623	74675
<b>Região Centro-Oeste</b>	7895	52676
<b>Total</b>	38831	607371

FONTE: Infopen/2014.

Portanto, o que os números e percentuais demonstram que existem grandes desafios ao sistema prisional brasileiro, iniciando pela grande população carcerária que cresce a cada ano, porém os números de vagas não acompanham este ritmo. Isso justifica a superlotação dos espaços penais. Outro elemento que estes dados apontam é que, muito dos direitos que são regidos por lei, estão sendo visto como serviços e não direitos, o que coloca direitos humanos fundamentais a serem entendidos como benefícios carcerários. Um destes direitos é a educação, que segundo os dados abrange apenas 38.831 pessoas privadas de liberdade, deixando aproximadamente 560 mil pessoas sem este direito que são garantidos legalmente. Estes dados foram obtidos com base nas tabelas 1, 6 e 32 do documento do Infopen (2014).

Segundo o relatório do Infopen (2014) 53% da população prisional tem o Ensino Fundamental incompleto, 12% tem o Ensino Fundamental completo, 11% o Ensino Médio incompleto, 9% são Alfabetizados sem cursos regulares, 7% tem o Ensino Médio completo, 6%

da população carcerária é Analfabeta e 1% tem o Ensino Superior incompleto. Com estes dados, podemos perceber que a escolaridade da população prisional brasileira é extremamente baixa.

Em seguida, discuto sobre os sujeitos que se encontram em situação de privação e restrição de liberdade, suas características e como esta modalidade pode contribuir para as inserções sociais destes sujeitos.

### **2.3 Articulações da EJA nos Espaços de Privação e Restrição de Liberdade: Especificidades dos Estudantes**

Neste subcapítulo, busco apresentar algumas das concepções sobre os sujeitos desta modalidade e suas especificidades com base nos autores que pesquisam sobre a EJA. Segundo Ireland (2010) o perfil das pessoas privadas de liberdade envolve jovens, pobres, homens, negros e que apresentam baixos níveis de escolaridade e claro, de formação profissional. E apesar das regras e ao direito à educação, a quantidade de aprisionados envolvidos com atividades educacionais, ainda é muito baixa.

Segundo Onofre (2007) a entrada ao presídio é entrada para a escola do crime, onde o preso “entra minhoca e sai cascavel”. (ONOFRE, 2007 p. 26) Isto pode ser justificado, pelo fato de que as aprendizagens que o detento necessita para sua sobrevivência na prisão não são necessariamente as mesmas para a vida após cumprir sua pena.

Com base nos estudos de Ireland (2010) que reconhece que a educação de qualidade para todos não é ainda uma realidade para muitos sistemas de educação regular, é muito menos o caso quando se trata da educação de jovens, adultos oferecida nas prisões, porém a educação reconhecida como direito humano fundamental deve abranger a todos, incluindo as crianças, jovens, adultos e idosos, independente de fatos circunstanciais. “O direito à educação cumpre um papel essencial no sentido de operar como um direito-chave que abre o conhecimento de outros direitos”. (IRELAND, 2010 p.25) Mesmo que, presos, estes sujeitos não podem perder os direitos fundamentais/sociais, pois mesmo em espaços de privação de liberdade ele ainda é um sujeito de direitos.

Para Laffin (2007), os estudantes da EJA “vivenciam cotidianamente desigualdades sociais e raciais perante o mundo” e são estas desigualdades e experiências que eles levam para a

sala de aula e para a escola, muitas vezes com uma experiência interrompida ou negativa, eles voltam para o espaço escolar com diferentes expectativas e intencionalidades.

Com relação a se considerar as especificidades dos sujeitos da EJA suas condições de vida e trabalho, Laffin (2007) entende que se faz necessário conhecer efetivamente o sujeito real de direito à educação, percebendo o significado da escola para estes estudantes que já possui experiências de vida e algum tipo de vivência na escola, que muitas vezes remetem ao fracasso e a desvalorização de si próprio, fracasso este criado pelo modelo de escola atual que categoriza os seus alunos em bons e ruins, o que leva alguns a se evadirem da escola por diferentes motivos. A autora também defende que devemos “ensinar considerando a valorização da individualidade sem constranger” (LAFFIN, 2007 p.110), pois muitas das vezes estes alunos carregam em si marcas da desvalorização feita por si próprio, e afirma que essa imagem é construída socialmente nas próprias relações desses sujeitos com o mundo.

Complementando os outros autores, o texto de Onofre (2007) entende que a população carcerária é constituída em sua maior parte de pobres e pessoas pouco escolarizadas, “os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes e privados de seus direitos fundamentais de vida”. (ONOFRE, 2007 p. 12) A população carcerária, é composta por sujeitos que muitas vezes, tiveram de lidar com diferentes dificuldades, incluindo as necessidades básicas vitais negadas, o que acaba por se repetir quando estas pessoas acabam seguindo o caminho dos crimes, seus direitos mesmos os mais básicos são negados e retirados, mesmo com fundamentação legal que os garanta. Para Onofre (2007) estes sujeitos em sua maioria, “inseriram-se no contexto da criminalidade por falta de acesso a outros contextos”.

A arquitetura e as rotinas do espaço prisional que são marcados pela disciplina, vigilância, violência e punição acabam por causar “um desrespeito aos direitos de qualquer ser humano e à vida” e complementa que, causa “um grave obstáculo a qualquer proposta de reinserção social dos indivíduos condenados”. (ONOFRE, 2007 p.12) O espaço prisional, como estabelecido atualmente, acaba por devolver a sociedade sujeitos ainda mais perigosos, e com um grande índice de possibilidade para a reincidência; portanto, acaba por prejudicar a verdadeira reintegração destes indivíduos.

Faz-se necessário pensar uma educação, capaz de incorporar em seu processo pedagógico, o desenvolvimento de ações de conhecimento que levem o indivíduo a conhecer o mundo e conhecer-se como sujeito capaz de agir nesse mundo e transformá-lo. O espaço prisional é um

espaço que proporciona diferentes experiências aos sujeitos que ali estão, e esses sujeitos interagem entre si, um espaço que se caracteriza como teias de relações sociais que promovem violência e despersonalização dos indivíduos; mas que também, poderiam ser espaços de respeito mútuo, de troca e de cooperação; o que poderia contribuir para que a pena possa ser vivida de maneira mais humana. (ONOFRE, 2007 p.25)

Para Vasquez (2011) “a prisão deveria promover a educação à sociedade cativa com o intuito de colaborar com a sua integração social”. Os sujeitos que se encontram nos espaços de privação/restrição de liberdade, como já dito anteriormente, em grande parte já vivenciaram situações de privação de direitos que são legalmente garantidos, porém efetivamente não são assegurados. O que infelizmente acontece, é que mesmo depois de serem excluídos socialmente e terem direitos restringidos uma vez quando vivem em sociedade, passam por isto, mas duas vezes, a segunda vez ocorre dentro dos presídios e a terceira após terem cumprido suas penas. Uma vez que, a função de reeducar, normalizar e reincluir estes sujeitos, nas instituições penais não garantem os direitos básicos vitais, nem os direitos à educação e trabalho, acabam por reproduzir violentamente a exclusão. (RESENDE, 2011 p.50)

Com relação ao direito à educação, Santos (2007) entende que “a prisão tem, ainda, como característica, o fato de não reconhecer os internos como sujeitos” e isto resulta numa ruptura de direitos legalmente garantidos, e um deles é o direito à educação.

Os homens e mulheres, trabalhadores (as), de diferentes raças e idades, que se encontram na escola, segundo Dayrell (1996) são seres humanos concretos, sujeitos sócio-históricos, que estão presentes na história e que nela são atores; sujeitos ativos na vida social. Estes sujeitos são marcados pela diversidade, por diferentes desenvolvimentos cognitivos, afetivo e social, evidentemente desiguais, resultado da quantidade e da qualidade de experiências e de suas relações sociais, ocorridas antes e durante a trajetória escolar. Portanto, são um conjunto de experiências sociais vivências nos diferentes espaços sociais que constituem os sujeitos. Desse modo, os estudantes que se encontram na EJA são também seres humanos concretos, sujeitos sócio-históricos, atores da história e que são marcados pela diversidade; que carregam em si uma imensa bagagem de experiências de suas relações sociais.

Entender estes sujeitos como socioculturais significa compreendê-los em suas diferenças, “enquanto indivíduo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores,

sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios”. (DAYRELL, 1996)

Infelizmente, muitas vezes o grupo social é que determinará o destino social desses sujeitos, e definirá a quantidade de experiências e a qualidades das mesmas, seus padrões de comportamento e o nível de acesso aos bens culturais. (DAYRELL, 1996) Portanto, o gênero, a raça, a realidade social no qual este sujeito está inserido, irão interferir na produção de cada um deles como sujeito social, independente de suas ações.

Nesse sentido, Dayrell (1996) compreende que, “os alunos que chegam à escola são sujeitos sócio-culturais, com um saber, uma cultura, e também com um projeto, mais amplo ou mais restrito, mais ou menos consciente, mas sempre existente fruto das experiências vivenciadas dentro do campo de possibilidades de cada um. A escola é parte do projeto dos alunos”. (DAYRELL, 1996, p. 6)

Desde que a EJA é EJA, segundo Arroyo (2005) os jovens e adultos possuem as mesmas características, são pobres, negros, desempregados e que vivem no limite da sobrevivência. São sujeitos que fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos e culturais. Estes sujeitos convivem com a negação de direitos historicamente. Com a exclusão, opressão, rejeição e com a marginalização. “Enquanto milhões de jovens e adultos e até crianças e adolescentes não derem conta de articular suas trajetórias humanas concretas com as exigências do sistema escolar, este estará longe de ser público”. (ARROYO, 2005 p.48)

A escola em espaço de privação de liberdade, mesmo localizada em um ambiente repressor e de isolamento, ela tem como principal função, propiciar o acesso ao conhecimento socialmente acumulado e a garantia aos estudantes uma nova visão de mundo, utilizando-se da comunicação e interações dos estudantes, resultando na socialização, “na medida em que oferece ao aluno outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida”. (ONOFRE, 2007 p. 27)

Com relação aos sujeitos o documento *Contribuições conceituais da educação de pessoas jovens e adultas: rumo à construção de sentidos comuns na diversidade* - UNESCO entende que:

“Os sujeitos sociais constituem um núcleo agrupado que compartilha uma experiência e identidade coletivas e realiza práticas aglutinadoras em torno a um projeto, convertendo-se em uma força capaz de incidir nas decisões sobre seu próprio destino e o da sociedade à qual pertence. Os sujeitos sociais se constituem na medida em que são capazes de gerar uma vontade coletiva e exercer um poder que lhes permita construir realidades com uma nova direção”. (UNESCO, 2014 p. 123)

Mesmo que, perdendo o direito da liberdade os sujeitos em espaços de privação de liberdade não deveriam perder os outros direitos humanos fundamentais, e isto inclui o direito à educação que é legalmente garantido a todos; sendo uma obrigação do Estado a garantia dessa oferta. Portanto, entendo que a educação não é um benefício carcerário e sim um direito humano.

Finalizando este subcapítulo e iniciando o segundo capítulo deste trabalho, apresento em seguida à metodologia utilizada nesta pesquisa e o levantamento realizado para fazer o mapeamento das pesquisas da área da educação com relação às especificidades dos sujeitos estudantes da EJA em situação de privação e restrição de liberdade.

### **3. O ESTADO DO CONHECIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE A EJA EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE**

Com base nos estudos de Arroyo (2005) "o campo da educação de Jovens e Adultos é um campo ainda não consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas, diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas". (ARROYO, 2005, p. 19)

Neste trabalho busco realizar uma pesquisa do "Estado do Conhecimento" que segundo Ferreira (2002) tem caráter bibliográfico, e como desafio o mapeamento a discussão de certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, buscando responder que aspectos e dimensões estão sendo privilegiados e destacados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições elas têm sido produzidas estas pesquisas.

A realização de pesquisas do "Estado da Arte" com base em Romanowskie Ens (2006) é necessária para que se seja feito estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área, um levantamento geral de tudo que se foi produzido sobre certo tema, o que possibilita à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento sobre o tema pesquisado. A autora entende que, quando uma pesquisa aborda "apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de "Estado do Conhecimento"". (ROMANOWSKI; ENS, 2006 p.39)

No caso da área da educação, é de extrema importância que estes levantamentos sejam organizados, para que se consiga avaliar o que está sendo produzido, e que "desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes". (ROMANOWSKI; ENS, 2006 p.38)

Desse modo, faz se necessário buscar o conhecimento do que já foi construído e produzido para depois se buscar o que ainda não foi feito, mapear, fazer levantamentos e facilitar o acesso dessas pesquisas para a sociedade, não deixando que elas fiquem mortas dentro de estantes de bibliotecas universitárias, aproximá-las dos problemas sociais em que encontramos nos dias atuais que já foram problemas passados e que continuaram recorrentes. Ferreira (2002) diz que o que move os pesquisadores é o "não conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas em determinada área do conhecimento". (FERREIRA, 2002 p. 258, 259)

Assim, a pesquisa pelos saberes já produzidos se transforma em levantamentos e avaliação do conhecimento sobre determinado problema. Outro aspecto importante deste tipo de pesquisa é a possibilidade de perceber, alguns temas que são quase que totalmente silenciados.

Neste caso, faço aqui uma pesquisa do Estado do Conhecimento sobre as especificidades dos estudantes de EJA em situação de privação de liberdade, com o objetivo de organizar as pesquisas de forma que facilite o contato com este tema, buscando o que já foi construído e indicar novos focos a serem trabalhados.

A presente pesquisa será desenvolvida de acordo com os procedimentos metodológicos, baseados nas orientações de Romanowski e Ens (2006, p.42, 43), a seguir:

- Levantamento das teses e dissertações, no banco de dados da CAPES, SCIELO, BDTD entre os anos de 2011 a 2015;
- Leitura dos resumos das publicações disponibilizadas nas bases de dados, e construção de síntese prévia, levando em conta o tema, os objetivos, as problemáticas, as metodologias, as relações entre o pesquisador e a área, e os resultados;
- Apresentação dos dados encontrados, através de quadros, organizados da seguinte forma: título, autor, ano, área, grande área, tipo de trabalho, instituição, assuntos, referências teórico-metodológicos, e contribuições das pesquisas;
- Leitura de todo o material encontrado;
- Seleção dos trabalhos que estavam de acordo com o tema proposto pela minha pesquisa;
- Análise e considerações finais.

Na sequência, faço a apresentação das pesquisas encontradas com os levantamentos nos bancos de dados desta pesquisa.

### **3.1 Apresentação das pesquisas**

Com o objetivo de mapear as produções acadêmicas na área das especificidades dos sujeitos estudantes da EJA em espaços de privação/restrição de liberdade, em âmbito nacional, recorri o banco de dados de dois bancos de teses/dissertações e um banco de artigos publicados em periódicos científicos. Entre eles estão o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES<sup>6</sup>), também busquei artigos no banco do *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO<sup>7</sup>) e por último na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD<sup>8</sup>).

O recorte temporal desse levantamento contemplou trabalhos dos últimos cinco anos (2011 a 2015), por conta da questão das legislações, que nacionalmente iniciaram a partir do ano de 2010, embora organismos internacionais já tenham levantado, ainda que de forma limitada, essa discussão sobre educação nas prisões meados da década de 90.

Para todas as buscas foram utilizados os seguintes descritores: 1. Educação prisão, 2. Escola prisão, 3. Educação privação de liberdade e 4. Educação prisional. Foi possível perceber com essa busca que, o tema educação prisional ainda está longe de ser discutido na frequência com a qual deveria, os trabalhos encontrados evidenciam que este tema é um daqueles temas como a Romanowski e Ens (2006) denomina de "temas silenciados". Entendendo a educação como um direito fundamental e de todos, é necessário que se busque debater ainda mais sobre este tema, buscando a garantia destes e outros direitos ainda não assegurados efetivamente.

Iniciei pelo Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Neste banco, só foi possível levantar trabalhos de dois anos, de 2011 e 2012 das dissertações e teses publicadas, pois o site passou por uma migração o que ocasionou a perda das publicações dos outros anos. Foram encontrados ao todo 111 (cento e onze) trabalhos, porém entre os quatro descritores, 28 (vinte e oito) trabalhos se repetiam; contabilizando um total de 83 (oitenta e três) trabalhos encontrados no banco da CAPES.

No Portal SCIELO de 2010 a 2015 foram encontrados 26 (vinte e seis) trabalhos, entre eles 07 (sete) trabalhos se repetiam, contabilizando um total de 19 (dezenove) pesquisas.

No Portal do Domínio público, as pesquisas encontradas a partir dos descritores, eram apenas dos anos de 2006 a 2009 e alguns trabalhos que apareciam em outras bases não estavam disponíveis nesse banco, o que evidenciou a falta de credibilidade para ser utilizado nesse levantamento.

---

<sup>6</sup>CAPES é o órgão do MEC responsável pela avaliação e reconhecimento de cursos de mestrado (profissional e acadêmico) e de doutorado em âmbito nacional.

<sup>7</sup>SCIELO é uma biblioteca eletrônica que engloba uma coleção de periódicos científicos brasileiros.

<sup>8</sup>BDTD/IBICT é uma Biblioteca Digital que tem por objetivo integrar informações de teses e dissertações existentes no país, disponibilizando um catálogo de pesquisas em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos.

No site do BDTD o recorte temporal foi de três anos (2013 a 2015) visto que os trabalhos referentes a 2011 e 2012 já estavam no banco de teses e dissertações da CAPES, foi possível encontrar 82 (oitenta e dois) trabalhos, entre estes 35 (trinta e cinco) trabalhos se repetiam, neste caso foram encontrados 47 (quarenta e sete) pesquisas.

Para facilitar a organização das pesquisas encontradas e para melhor compreendê-las, construí quadros que serão expostos na sequência. O primeiro quadro construído, buscou mapear os trabalhos encontrados em cada banco de dados a partir dos 4 (quatro) descritores; com objetivo de mostrar quantos trabalhos foram encontrados em cada um dos descritores, e o total de trabalhos encontrados.

No quadro 1 a seguir estão os dados do primeiro mapeamento com os trabalhos encontrados a partir dos descritores em cada banco de dados:

Quadro 1: Mapeamento de trabalhos a partir de descritores e banco de dados.

<b>Descritor/ Bancos de Dados</b>	<b>CAPES (2011 E 2012)</b>	<b>BDTD (2013, 2014 E 2015)</b>	<b>SCIELO</b>
<b>1. Educação prisão</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>11</b>
<b>2. Educação privação de liberdade</b>	<b>31</b>	<b>20</b>	<b>0</b>
<b>3. Escola prisão</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>5</b>
<b>4. Educação prisional</b>	<b>36</b>	<b>21</b>	<b>3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>111</b>	<b>80</b>	<b>26</b>
<b>REPETEM.<sup>9</sup></b>	<b>30</b>	<b>37</b>	<b>7</b>
<b>TOTAL FINAL</b>	<b>81</b>	<b>43</b>	<b>19</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>143</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

<sup>9</sup> Trabalhos repetidos, encontrados a partir dos descritores mencionados na primeira triagem.

Neste primeiro quadro, podemos analisar que o número de trabalhos nos anos de 2011 e 2012, é quase que o dobro dos trabalhos encontrados nos anos de 2013, 2014 e 2015. Isto poderá ser resultado da grande influência das políticas públicas no campo da pesquisa que nacionalmente iniciaram no ano de 2010.

No quadro 2, estão os dados em relação ao tipo de trabalho e quantidade, a partir de cada descritor:

Quadro 2: Mapeamento de trabalhos a partir de descritores.

<b>Descritor</b>	<b>Tipo de Trabalho</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Total</b>
<b>1. Educação prisão</b>	Artigo	11	55
	Dissertação	39	
	Tese	5	
<b>2. Educação privação de liberdade</b>	Artigo	0	38
	Dissertação	31	
	Tese	7	
<b>3. Escola prisão</b>	Artigo	5	26
	Dissertação	15	
	Tese	6	
<b>4. Educação prisional</b>	Artigo	3	24
	Dissertação	17	
	Tese	4	
<b>Total de Trabalhos:</b>			<b>143</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

No segundo quadro, conseguimos verificar que o número de dissertações produzidas é expressivamente maior do que os outros tipos de trabalhos, o que nos remete a pensar que as pesquisas do mestrado estão dando um enfoque maior a esta temática. No terceiro *quadro*, podemos verificar o número de pesquisas/artigos produzidas por ano.

Quadro 3: Identificação por ano de publicação da pesquisa.

<b>Ano</b>	<b>Tipo de Trabalho</b>	<b>Quantidade</b>
2011	1 Artigo (SCIELO)	45
	41 Dissertações (CAPES)	
	3 Teses (CAPES)	
2012	4 Artigos (SCIELO)	41
	30 Dissertações (CAPES)	
	7 Teses (CAPES)	
2013	10 Artigos(SCIELO)	24
	11 Dissertações (BDTD/IBCT)	
	3 Teses (BDTD/IBCT)	
2014	0 Artigos (SCIELO)	22
	17 Dissertações (BDTD/IBCT)	
	5 Teses (BDTD/IBCT)	
2015	4 Artigos (SCIELO)	11
	3 Dissertações (BDTD/IBCT)	
	4 Teses (BDTD/IBCT)	
	<b>Total</b>	<b>143</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Este quadro reforça ainda mais aquela ideia inicial de que o campo das pesquisas sofreu uma forte influencia das políticas públicas nacionais a partir do ano de 2010, e o quanto a partir dos anos o número de pesquisas referentes a EJA nos espaços de privação/restrição de liberdade tem diminuído significativamente, mesmo sendo um campo que necessita cada vez mais de pesquisas e de enfoque para que se reforce a ideia de que a educação é um direito. Neste sentido, percebemos que, se compararmos a outros temas de pesquisas educacionais, e outros públicos como as crianças, perceberemos o quanto a pesquisa do “estado do conhecimento” é necessária, pois fica evidente que alguns objetos de estudos são praticamente silenciados, e a educação prisional é um deles.

Em seguida temos o quadro4, no qual é possível identificar os tipos de trabalhos encontrados por área do conhecimento a partir do levantamento efetuado:

Quadro 4: Mapeamento por área de conhecimento e tipo de trabalho.

<b>ÁREAS DO CONHECIMENTO</b>	<b>TIPO DE TRABALHO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Ciências Humanas</b>	Artigo	12	79
	Dissertação	53	
	Tese	14	
<b>Ciências da Saúde</b>	Artigo	6	28
	Dissertação	17	
	Tese	5	
<b>Ciências Sociais Aplicadas</b>	Artigo	1	17
	Dissertação	15	
	Tese	1	
<b>Multidisciplinar</b>	Artigo	0	10
	Dissertação	10	
	Tese	0	
<b>Linguística, Letras e Artes</b>	Artigo	0	7
	Dissertação	5	
	Tese	2	
<b>Ciências Exatas e da Terra</b>	Artigo	0	1
	Dissertação	1	
	Tese	0	
<b>Engenharias</b>	Artigo	0	1
	Dissertação	1	
	Tese	0	
<b>Ciências Biológicas</b>	Artigo	0	0
	Dissertação	0	

	Tese	0	
		Total	143

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Neste quadro, conseguimos perceber que o número de trabalhos da área das ciências humanas é significativamente maior do que nas outras áreas do conhecimento, podemos supor que isto tenha ocorrido por causa dos descritores que utilizei para realizar a pesquisa, todos eles relacionado a escola/educação. Outra suposição é de que este tema, não é de interesse de todas as áreas do conhecimento, é possível verificar que em algumas não existe nenhum trabalho para ser citado.

Entre os trabalhos encontrados na área de conhecimento das Ciências humanas, 54 (cinquenta e quatro) trabalhos são da área da educação. Segue quadro com a região e as instituições no qual os trabalhos da área da educação foram produzidos:

Quadro 5: Mapeamento dos trabalhos da área da educação por região, instituição e tipo de trabalho.

REGIÕES DO PAÍS	INSTITUIÇÕES	T	D	TOTAL
Sudeste	Universidade Estadual de Campinas	2	0	27
	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1	3	
	Universidade Federal de São Carlos	0	4	
	Universidade Federal de Juiz de Fora	0	2	
	Universidade Federal de Viçosa	0	1	
	Universidade Federal de Uberlândia	2	1	
	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	0	1	
	Universidade Federal de São João Del-Rei	0	1	
	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	0	1	
	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília	0	1	
	Centro Universitário Salesiano de São Paulo	0	1	

	Universidade Presbiteriana Mackenzie	0	1	
	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Araquara	1	0	
	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	0	1	
	Universidade de Uberaba	0	1	
	Universidade Federal de Minas Gerais	1	1	
<b>Nordeste</b>	Universidade Federal da Paraíba	1	1	<b>13</b>
	Universidade Federal de Pernambuco	0	3	
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	0	1	
	Universidade Federal do Ceará	2	2	
	Universidade do Estado da Bahia	0	2	
	Fundação Universidade Federal do Piauí	0	1	
<b>Sul</b>	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	4	<b>9</b>
	Universidade Federal de Santa Catarina	1	1	
	Universidade Federal do Paraná.	0	2	
<b>Centro-Oeste</b>	Universidade Católica de Goiás	0	1	<b>5</b>
	Universidade Federal de Mato Grosso	0	3	
	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	0	1	
<b>Norte</b>	-	0	0	<b>0</b>
<b>TOTAL de trabalhos na área da Educação</b>				<b>54</b>
<b>Total de Instituições</b>				<b>28</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Com base neste quadro, podemos perceber que a região com mais produções é a região Sudeste, coincidentemente com a análise aos gráficos e tabelas do Relatório do Infopen (2014) percebemos que é onde se localiza a maior população prisional de todo o país. Segundo o Infopen

(2014) os números da população prisional desta região ultrapassa a marca dos trezentos mil presos. Este pode ser um dos fatores no qual influencia o número de pesquisas por esta região do país, pois a superlotação do sistema prisional é um grande problema e uma enorme preocupação para a sociedade que não entende esta instituição como parte de si, mais que busca com leis decidir e tutelar os presídios com a legislação que ela, a sociedade mesmo elabora para os presídios. Com este *quadro* também observamos que, a Região Norte, nos anos de 2011 a 2015 não tiveram produções a cerca deste tema ou apenas não publicaram estes trabalhos nos bancos de dados no qual foram utilizados para a minha pesquisa.

Para melhor organizar os 19 (dezenove) artigos da SCIELO, busquei organizá-los por revistas no qual foram divulgados 5 (cinco) artigos foram publicados na Revista Educação & Realidade - UFRGS. Dois nos Cadernos Cedes - UNICAMP. E um em cada uma das revistas a seguir: Motriz: Revista de Educação Física - UNESP; Caderno CRH - UFBA; Revista Tempo Social - USP; Revista Educação e Pesquisa - USP; Cadernos de Saúde Pública - ENSP; Texto e Contexto - Enfermagem - UFSC; Saúde em Debate - CEBES; Revista Gaúcha de Enfermagem - UFRGS; Revista Direito GV - FGV Direito SP; Psicologia USP; e Revista Ciência e Saúde Coletiva - Abrasco.

Com relação a estes artigos da SCIELO de diferentes áreas do conhecimento, busquei organizá-los a partir de seus autores, entre os artigos 2 (dois) são de Onofre, um artigo é de Onofre e Julião (2013) e Onofre (2015), os outros trabalhos são de Ireland e Lucena (2013), Vieira (2013), Maeyer (2013), Fonseca e Gama (2012), Nogueira e Jesus (2013), Sinhoretto e Melo (2013), Oliveira, C. (2013), Oliveira, L. (2012), Braga e Fernandes (2015), Andriola (2013), Souza (2012), Silva (2015), Lima (2013), Carmo (2011), Simas (2015), Gonçalves L. e Gonçalves R. (2012) e Alves e Maia (2013).

Para melhor apresentar temas dos artigos, dissertações e teses encontradas no meu mapeamento, produzi o *quadro 6*, que possui as informações dos temas, quantidade de trabalhos por tipo e banco de pesquisa e o total por tema e o total final de todos os trabalhos. Segue *quadro*:

Quadro 6: Levantamento dos temas encontrados nos trabalhos da área da educação.

<b>TEMA</b>	<b>QUANTIDADE/TIPO DE TRABALHO/BANCO</b>	<b>TOTAL DE TRABALHOS</b>
Currículo, práticas pedagógicas e processos educativos junto as pessoas privadas de liberdade;	6 - DISSERTAÇÃO - CAPES 4 - DISSERTAÇÃO - BDTD 1 - TESE - BDTD	11
Políticas públicas voltadas para a educação/trabalho em espaços de privação de liberdade para EJA e adolescentes infratores;	1 - TESE - CAPES 6 - DISSERTAÇÃO - CAPES 2 - DISSERTAÇÃO - BDTD 1 - TESE - BDTD 1 - ARTIGO - SCIELO	11
Educação escolar nas prisões;	5 - DISSERTAÇÃO - CAPES 2 - DISSERTAÇÃO - BDTD 3 - ARTIGO - SCIELO	10
Representações dos sujeitos privados de liberdade sobre a educação escolar;	7 - DISSERTAÇÃO - CAPES 1 - TESE - BDTD 1 - DISSERTAÇÃO - BDTD 1 - ARTIGO - SCIELO	10
Sentido da educação escolar e as questões de gênero no contexto da prisão;	1 - DISSERTAÇÃO - CAPES 1 - TESE - CAPES 1 - DISSERTAÇÃO - BDTD 4 - TESE - BDTD 1 - ARTIGO - SCIELO	8
Formação de docentes/gestores que atuam nas escolas em espaços privados de liberdade;	1 - DISSERTAÇÃO - CAPES 2- DISSERTAÇÃO - BDTD 1 - ARTIGO - SCIELO	4
Experiência da internação e da ressocialização dos jovens em conflito com a lei;	1 - TESE - CAPES 1 - DISSERTAÇÃO - CAPES 1 - ARTIGO - SCIELO	3
Análise filosófica e história de vida dos	2 - TESE - BDTD	2

sujeitos privados de liberdade;		
Formação de profissionais da saúde nos estabelecimentos penitenciários;	1- TESE- CAPES	1
Pesquisas em educação sobre temas abordados em artigos da EJA;	1 - ARTIGO - SCIELO	1
Percepções de familiares e professores acerca do processo de ressocialização e escolarização para apenados.	1 - DISSERTAÇÃO - CAPES	1
<b>TOTAL</b>		63

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Podemos perceber que, o número de trabalhos relacionados ao tema Currículo, práticas pedagógicas e processos educativos para as pessoas privadas de liberdade e políticas públicas voltadas para a educação/trabalho para estas pessoas e para adolescentes infratores são os de maior quantidade, logo em seguida os temas mais tocados são sobre a própria educação nas prisões e as representações criadas pelos sujeitos privados de liberdade sobre a educação escolar. Desejo destacar que, entre os 11 (onze) trabalhos discutem sobre Currículo, práticas pedagógicas e processos educativos junto às pessoas privadas de liberdade, apenas um trabalho trata da alfabetização destas pessoas, mesmo diante dos dados de baixa escolaridade dos sujeitos que estão em estado de privação de liberdade.

Outro fator importante, que se destaca nesse quadro é que entre os temas encontrados, dez trabalhos trazem a tona à percepção e sentidos dos sujeitos sobre a escola, o que nos leva a pensar que estamos buscando perceber o que estes sujeitos que em muitos momentos são silenciados, estão sendo colocados como foco nesses trabalhos, percebidos, escutados de alguma maneira.

Na sequência desenvolvo uma análise dos trabalhos selecionados em função de meu objeto de estudos - sujeitos da EJA em espaços de restrição e privação de liberdade- dentre as 54 (cinquenta e quatro) dissertações ou teses e 09 (nove) artigos do campo da educação encontrados nas bases de produções científicas nacionais consultadas.

### 3.2 Análise das produções que tratam da educação para os sujeitos em privação/restrição de liberdade

A seleção dos trabalhos a seguir, partiu das leituras de cada resumo das 63 (sessenta e três) pesquisas da área da educação, incluindo artigos, dissertações e teses. Após a pré-seleção dos resumos, acessei os trabalhos na íntegra, fiz a leitura dos sumários, busquei ver as linhas de pesquisas e identifiquei 12 (doze) trabalhos que de certa maneira apresentavam alguma relação com o meu foco de trabalho que são os sujeitos da educação em espaços de privação/restrição de liberdade. Segue quadro:

Quadro 7: Reconhecimento dos Trabalhos: autor, título, orientador (a), instituição, titulação, área de conhecimento e ano.

AUTOR (A), TÍTULO E ORIENTADOR (A) BANCO DE DADOS		INSTITUIÇÃO/ TITULAÇÃO	ÁREA DO CONHECIMENTO/ ANO
1	<p>MENDES, Francisco Carlos de Figueiredo. <b>Um mundo dentro de outro mundo: educação prisional no estado de Pernambuco.</b></p> <p><b>Orientador:</b> Flávio Henrique Albert Brayner</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/4827/arquivo6429_1.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y">http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/4827/arquivo6429_1.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y</a></p> <p><b>Banco de Dados:</b> CAPES</p>	UFPE/ Mestrado	EDUCAÇÃO/ 2011
2	<p>NAKAYAMA, Andrea Rettig. <b>O Trabalho de Professores/as Em um Espaço de Privação de Liberdade: Necessidades de Formação Continuada.</b></p> <p><b>Orientadora:</b> Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94745/296966.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y">https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/94745/296966.pdf?sequence=1&amp;isAllowed=y</a></p> <p><b>Banco de Dados:</b> CAPES</p>	UFSC/ Mestrado	EDUCAÇÃO/ 2011
3	<p>SILVA, Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento. <b>Que pode a Educação na prisão?</b></p> <p><b>Orientador:</b> Prof. Dr. Rômulo Rhemo Palitot Braga</p> <p><b>Link para acesso online:</b></p>	UFPB/ Mestrado	CIÊNCIAS JURÍDICAS/ 2011

	<p><a href="http://www.cj.ufpb.br/pos/wp-content/uploads/2013/07/Mazukyevicz-Ramon-Educa%C3%A7%C3%A3o-na-Pris%C3%A3o4.pdf">http://www.cj.ufpb.br/pos/wp-content/uploads/2013/07/Mazukyevicz-Ramon-Educa%C3%A7%C3%A3o-na-Pris%C3%A3o4.pdf</a></p> <p><b>Banco de Dados:</b> CAPES</p>		
4	<p>PEREIRA, Leiva Custodio. <b>Educação e Prisão: O Valor da Escola Para os Jovens e Adultos Presos no Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT.</b></p> <p><b>Orientador:</b> Artemis Augusta Mota Torres</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="https://www.google.com.br/url?sa=t&amp;rtct=j&amp;q=&amp;esrc=s&amp;source=web&amp;cd=1&amp;cad=rja&amp;uact=8&amp;ved=0ahUKEwiY1aS7s-fMAhXMWx4KHa_vB1cQFggcMAA&amp;url=http%3A%2F%2Fwww.ie.ufmt.br%2Fppge%2Fdissertacoes%2Findex.php%3Fop%3Ddownload%26id%3D364&amp;usg=AFQjCNEKqPziG4K3rTOoKP7Pk3jk5bQmXg&amp;sig2=5EsxAIVIIV4n6ShUF4K-cw&amp;bvm=bv.122676328,bs.2,d.dmo">https://www.google.com.br/url?sa=t&amp;rtct=j&amp;q=&amp;esrc=s&amp;source=web&amp;cd=1&amp;cad=rja&amp;uact=8&amp;ved=0ahUKEwiY1aS7s-fMAhXMWx4KHa_vB1cQFggcMAA&amp;url=http%3A%2F%2Fwww.ie.ufmt.br%2Fppge%2Fdissertacoes%2Findex.php%3Fop%3Ddownload%26id%3D364&amp;usg=AFQjCNEKqPziG4K3rTOoKP7Pk3jk5bQmXg&amp;sig2=5EsxAIVIIV4n6ShUF4K-cw&amp;bvm=bv.122676328,bs.2,d.dmo</a></p> <p><b>Banco de Dados:</b> CAPES</p>	UFMT/ Mestrado	EDUCAÇÃO/ 2012
5	<p>OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. <b>Para além das celas de aula: a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia Minas Gerais.</b></p> <p><b>Orientador:</b> Gabriel Humberto Muñoz.</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3536/1/ParaAl emCelas.pdf">http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/3536/1/ParaAl emCelas.pdf</a></p> <p><b>Banco de Dados:</b> CAPES</p>	UFU/ Mestrado	EDUCAÇÃO/ 2012
6	<p>SILVA, José Marcelo Conceição. <b>Para cada pé, um sapato!? A educação como uma das formas para reinserir o preso na sociedade.<sup>10</sup></b></p> <p><b>Orientador:</b> Wilson Roberto de Mattos</p> <p><b>Link para acesso online:</b> Não está disponibilizado.</p> <p><b>Banco de Dados:</b> CAPES</p>	UNEB/ Mestrado	EDUCAÇÃO/ 2012
7	<p>GOMES, Priscila Ribeiro. <b>Tecendo Fios nos Espaços e Tempos da Escola na Prisão.</b></p> <p><b>Orientador:</b> Maria do Carmo Martins</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000917402">http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000917402</a></p>	UNICAM/ Doutorado	EDUCAÇÃO/ 2013

<sup>10</sup> O trabalho do autor José Marcelo Conceição Silva, não foi disponibilizado na íntegra na versão online, por este motivo nos próximos quadros ele não estará incluso.

	<b>Banco de Dados: BDTD</b>		
8	<p>OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. <b>A educação escolar nas prisões: Uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG).</b></p> <p><i>Educ. Pesqui.</i> [online]. 2013, vol.39, n.4, pp. 955-968. Epub 30-Ago-2013. ISSN 1517-9702.</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013005000017">http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013005000017</a>  <b>Banco de Dados: SCIELO</b></p>	ARTIGO	2013
9	<p>VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. <b>A cultura da escola prisional: entre o instituído e o instituinte.</b></p> <p><i>Educ. Real.</i> [online]. 2013, vol.38, n.1, pp. 93-112. ISSN 2175-6236.</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000100007">http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000100007</a>  <b>Banco de Dados: SCIELO</b></p>	ARTIGO	2013
10	<p>SIMÃO, Ailon do Vale. <b>Juventude em Discurso: Histórias de Vida de Jovens Aprisionados, no Município de Cáceres/MT.</b></p> <p><b>Orientador:</b> Rosa Maria Bueno Fischer</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94738/000916413.pdf?sequence=1">http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/94738/000916413.pdf?sequence=1</a>  <b>Banco de Dados: BDTD</b></p>	UFRGS/ Doutorado	EDUCAÇÃO/ 2014
11	<p>CAMPOS, Aline. <b>Educação, Escola e Prisão: O Espaço de Voz de Educandos do Centro de Ressocialização de Rio Claro/SP.</b></p> <p><b>Orientador:</b> Elenice Maria Cammarosano Onofre</p> <p><b>Link para acesso online:</b>  <a href="https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2762">https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2762</a>  <b>Banco de Dados: BDTD</b></p>	UFSCar/ Mestrado	EDUCAÇÃO/ 2015
12	<p>ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. <b>Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade.</b></p> <p><i>Cad. CEDES</i> [online]. 2015, vol.35, n.96, pp. 239-255. ISSN 1678-7110.</p> <p><b>Link para acesso online:</b></p>	ARTIGO	2015

<a href="http://dx.doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761">http://dx.doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761</a> <b>Banco de Dados: SCIELO</b>		
--	--	--

**Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.**

Com esta seleção de trabalhos encontrei 12 (doze) pesquisas; entre elas, 11 (onze) são da área da Educação e uma da área das Ciências Jurídicas, que de certa forma, apresentavam alguma questão sobre os sujeitos da EJA em espaços de privação/restrrição de liberdade. Foram selecionadas 6 (seis) pesquisas no banco da CAPES, 03 (três) no BDTD/IBCT e 3 artigos no banco da SCIELO que com a leitura dos resumos das publicações, levando em conta o tema, os objetivos, as problemáticas e a área, destacaram e propuseram tratar dos sujeitos de alguma maneira. O oitavo *quadro*, apresenta os com base nos resumos das pesquisas expondo os objetivos, a metodologia, e o foco investigativo (problema de pesquisa):

Quadro 8: Resumos dos Trabalhos para análise com autor e ano.<sup>11</sup>

AUTOR E ANO	RESUMOS DOS TRABALHOS PARA ANÁLISE IDENTIFICADOS:
MENDES (2011)	A seguinte pesquisa teve como objetivo analisar as propostas educacionais desenvolvidas na colônia penal feminina do Recife e no Presídio Professor Aníbal Bruno; busca identificar a percepção dos apenados e dos educadores sobre os ditos projetos. A pesquisa qualitativa envolveu uma análise documental e a realização de entrevistas com 18 pessoas, também foi aplicado questionários com docentes que atuam nas escolas dos presídios citados. Foram entrevistados (as) também 06 presos (as) que estudam e 06 presos (as) que não estudam.
NAKAYAMA (2011)	Nesta pesquisa, busca-se problematizar quais as necessidades de atuação e de formação continuada de docentes que atuam nos espaços de privação de liberdade. A autora tem como objetivos apresentar estudos teóricos e documentais de aprofundamento dos conceitos de formação de professores, práticas pedagógicas e educação escolar de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade, também se tem como objetivo discutir quais são as necessidades de formação continuada específicas dos/as docentes que trabalham na Escola Supletiva da Penitenciária de Florianópolis. A atual pesquisa tem como procedimento metodológico, a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, mediante a análise documental acerca de textos legais e de orientação que versam sobre os espaços de privação de liberdade, estudos bibliográficos para a discussão teórica das categorias docência nos espaços de privação de liberdade, práticas pedagógicas e formação continuada e a realização entrevistas semiestruturadas com os docentes que atuam na Escola em questão.

<sup>11</sup> Os resumos apresentados no Quadro 8 foram escritos por autores(as) das pesquisas selecionadas para essa análise.

SILVA (2011)	O autor propõe investigar os limites e possibilidades da educação desenvolvida em contextos de encarceramento, tomando como parâmetro o sistema penitenciário brasileiro. Utilizando de análise bibliográfica dos relatos de experiência de presos e profissionais penitenciários e também da observação empírica em estabelecimentos prisionais na Paraíba.
OLIVEIRA (2012)	A presente pesquisa tem como tema principal a educação escolar nas prisões; buscou-se responder duas indagações principais. Primeiro como ocorre no mundo institucional/normativo e na vida cotidiana a educação escolar nas prisões? E o que os presos, destinatários das políticas de educação escolar nas prisões, tem a dizer criticamente sobre as suas contradições, limites e possibilidades? Com o objetivo de promover uma reflexão crítica acerca da educação escolar prescrita e instituída no contexto prisional, com ênfase no estudo da realidade da Penitenciária de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Brasil. A pesquisa qualitativa utilizou a análise dialética das representações dos seus presos, bem como da documentação nacional e internacional relacionada ao tema.
PEREIRA (2012)	Este pesquisa surgiu da necessidade de compreensão sobre o valor que a educação, especialmente a educação formal representa para os alunos presos no Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT. O autor utiliza como fundamentação teórica o materialismo histórico, e busca respaldo na criminologia crítica que faz o deslocamento do foco da análise do fenômeno criminal do sujeito criminalizado para o sistema penal e seus processos de criminalização. A atual pesquisa é uma pesquisa qualitativa, que tem como procedimentos técnicos, características de um estudo de caso, utilizando como instrumentos de coleta de informações uma entrevista e um questionário e a observação.
SILVA (2012)	Esta pesquisa tem como proposta de pesquisa e análise, as práticas educativas na Penitenciária Lemos de Brito; com o objetivo de compreender e avaliar os significados do conhecimento adquirido por estes, que possibilite a sua reinserção à sociedade. A autora tem como uma das questões norteadoras: Como a educação na Penitenciária Lemos de Brito possibilita a reinserção do privado de liberdade à sociedade? O objeto de estudo desta pesquisa são os estudantes da Escola Especial da Penitenciária Lemos de Brito, especificamente, dos módulos I, módulo II e módulo V, com os professores e a equipe gestora da respectiva Escola e do Diretor da Penitenciária, localizada no município de Salvador-Ba. A pesquisa de cunho etnográfico junto de uma revisão bibliográfica e entrevistas aos sujeitos deste contexto.
GOMES (2013)	A presente pesquisa foi realizada numa escola prisional feminina no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender os sentidos da escolarização bem como outras questões em relação à aprendizagem; a partir das memórias escolares escritas pelas presas. O estudo procurou assentar-se na metodologia da pedagogia narrativa, na tentativa de compreender os sentidos e significados produzidos na experiência escolar.
OLIVEIRA (2013)	Este artigo é fruto da dissertação de mestrado intitulada Para além das

	<p>celas de aula: a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia - Minas Gerais (MG). O objetivo do mesmo é o de promover uma reflexão acerca da educação escola prescrita e instituída no contexto prisional, a partir de uma análise contextualizada das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). Pretende-se com este artigo contribuir com a compreensão dos limites e das possibilidades da educação escolar nas prisões. Com base na metodologia de pesquisa qualitativa e participante, e com fulcro em uma investigação bibliográfica, documental e de campo, o artigo pretende problematizar o discurso oficial e a realidade vivenciada pelos presos. Utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e grupo focal.</p>
VIEIRA (2013)	<p>O presente trabalho intenciona conhecermos e refletirmos sobre o cotidiano e a cultura da escola da prisão. É também imprescindível conhecer os números e o perfil dos encarcerados, visto que entendemos serem esses dados significativos para os estudos sobre a educação carcerária. Torna-se necessário desvendar as transformações possíveis que se (re) desenham em um lugar, a priori, marcado pelo controle, pela estaticidade, mas que, a partir de um olhar mais apurado às experiências ali vividas, pode ser visto como fecundo a partir das práticas cotidianas dos sujeitos que fazem a escola da prisão.</p>
SIMÃO (2014)	<p>A presente pesquisa tem como objetivo analisar e descrever histórias de vidas de jovens presos ou internados, por acusação de consumo e tráfico de drogas ilícitas e outros crimes relacionados, moradores da cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso. A pesquisa constituiu-se de observações diretas nas instituições; entrevistas e conversas informais com os sujeitos da pesquisa e seus parentes; entrevistas com promotores de justiça, delegados de polícia, juízes de direito, advogados, defensores públicos, agentes policiais e carcerários, psicólogos, educadores, diretores da prisão e do centro sócio-educativo, além de outros profissionais com os quais os referidos jovens tiveram contato. Utilizou-se também partes de inquéritos policiais e de processos judiciais, nos quais estavam registrados fragmentos de relatos das trajetórias de vida daqueles sujeitos. Esta pesquisa pretende discutir também de que forma o estigma da prisão continua a acompanhá-los, mesmo depois de terem cumprido suas penas.</p>
CAMPOS (2015)	<p>Esta pesquisa tem a intenção de ampliar as discussões em relação à educação escolar em espaços de privação e restrição de liberdade. A questão norteadora do trabalho é: Quais os significados que as pessoas em situação de privação liberdade em um Centro de Ressocialização atribuem à educação, à escola e à prisão? Com o objetivo de compreender os significados atribuídos à educação, à escola e à prisão por homens em situação de privação de liberdade no Centro de Ressocialização de Rio Claro, SP. Com base na pesquisa qualitativa e utilizando os recursos teórico-metodológicos da pesquisa participante.</p>
ONOFRE (2015)	<p>O presente artigo tem o objetivo de tecer reflexões sobre o papel da educação escolar para jovens e adultos na prisão. A prisão, instituição essa que, se propõe a (re) inserir pessoas à vida em sociedade, melhor preparadas para o convívio social e dotadas de conhecimento,</p>

	habilidades e valores, que na maioria das vezes, não tiveram asseguradas ao longo da vida.
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Em vista das sistematizações acima convém salientar algumas constatações com relação às pesquisas analisadas, com a leitura dos resumos podemos perceber que na maioria das pesquisas se tem o objetivo de compreensão sobre os significados, sentidos e representações criados pelos sujeitos privados e restritos de liberdade sobre a educação escolar e sobre o espaço singular, no qual estão inseridos que é a prisão. Assim como, podemos perceber que duas das pesquisas tratam especificamente dos sentidos e representações da educação para as mulheres presas, e também se tem a intenção de compreender os limites e possibilidades da educação escolar nas prisões.

Além disso, todas as pesquisas apresentadas trazem a prisão como contexto/lugar no qual a pesquisa é feita e não como objeto de investigação.

Com relação ao objeto das pesquisas analisadas, é possível classificar os seguintes eixos: limites e possibilidades da educação desenvolvida em contextos de encarceramento, o cotidiano e a cultura da escola da prisão, os significados, sentidos e representações que as pessoas em situação de privação de liberdade atribuem a educação a escola e a prisão, o papel da educação escolar para jovens e adultos na prisão, formação continuada de docentes que atuam em espaços de privação de liberdade e histórias de vidas dos jovens presos ou internados.

1. Sobre os limites e possibilidades da educação desenvolvida em contextos de encarceramento:
  - a. Esta pesquisa propõe a investigação dos limites e possibilidades da educação desenvolvida em contextos de encarceramento, tomando como parâmetro o sistema penitenciário brasileiro. (SILVA, 2011)
  
2. Sobre o cotidiano e a cultura da escola da prisão:
  - a. Intenciona conhecermos e refletirmos sobre o cotidiano e a cultura da escola da prisão. (VIEIRA, 2013)

3. Sobre os significados, sentidos e representações que as pessoas em situação de privação de liberdade atribuem a educação a escola e a prisão:
  - a. Analisar as propostas educacionais desenvolvidas na colônia penal feminina do Recife e no Presídio Professor Aníbal Bruno, a partir do exame das documentações oficiais do Governo do Estado de Pernambuco e das unidades prisionais, e identificar a percepção dos apenados e dos educadores sobre os ditos projetos. (MENDES, 2011)
  - b. A necessidade de compreendermos o valor que a educação, especialmente a educação formal, representa para os alunos presos do Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT. (PEREIRA, 2012)
  - c. Buscando por meio das memórias escolares escritas pelas presas e, algumas atividades expressivas da escola, como os murais produzidos por elas no ano de 2012, compreender os sentidos da escolarização bem como outras questões relacionadas à aprendizagem. (GOMES, 2013)
  - d. Compreender os significados atribuídos à educação, à escola e à prisão por homens em situação de privação de liberdade no Centro de Ressocialização de Rio Claro, SP. (CAMPOS, 2015)
  - e. Promover uma reflexão crítica acerca da educação escolar prescrita e instituída no contexto prisional, com ênfase no estudo da realidade da Penitenciária de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Brasil, por meio da análise dialética das representações dos seus presos, bem como da documentação nacional e internacional relacionada ao tema. (OLIVEIRA, 2012)
  - f. Promover uma reflexão acerca da educação escolar prescrita e instituída no contexto prisional, a partir de uma análise contextualizada das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). (OLIVEIRA, 2013)
  
4. Sobre o papel da educação escolar para jovens e adultos na prisão:
  - a. A intenção deste artigo é tecer reflexões sobre o papel da educação escolar para jovens e adultos em um espaço singular: a prisão. (ONOFRE, 2015)

5. Sobre a formação continuada de docentes que atuam em espaços de privação de liberdade:
  - a. Apresentar estudos teóricos e documentais de aprofundamento dos conceitos de formação de professores, práticas pedagógicas e educação escolar de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade, e discutir quais são as necessidades de formação continuada específicas dos/as docentes que trabalham na Escola Supletiva da Penitenciária de Florianópolis. (NAKAYAMA, 2011)
  
6. Sobre as histórias de vidas dos jovens presos ou internados:
  - a. Analisar e descrever histórias de vidas de jovens presos ou internados, por acusação de consumo e tráfico de drogas ilícitas e outros crimes relacionados, moradores da cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso. (SIMÃO, 2014)

Com base nas pesquisas selecionadas, podemos perceber também que os sujeitos da modalidade EJA em situação de privação e restrição de liberdade, são entendidos nestas pesquisas como sujeitos que precisam ser escutados, pois em muitas das pesquisas são feitas entrevistas que buscam compreender o significado e as representações desses sujeitos sobre a educação escolar e sobre a própria prisão.

No quadro 9 estão as indicações dos resultados presente nos resumos das pesquisas analisadas e seus autores:

Quadro 9: Resultados das pesquisas organizadas por autor e ano.

AUTOR E ANO	INDICAÇÕES DOS RESULTADOS NOS RESUMOS IDENTIFICADOS:
MENDES (2011)	A pesquisa permitiu identificar, que apesar dos textos oficiais, a estrutura física e superlotação dos presídios, a falta de assistência às necessidades básicas do aprisionado, o entrave entre segurança e trabalho pedagógico, o distanciamento entre as formações oferecidas aos professores que atuam no sistema prisional e a realidade vivenciada por esses, não permitem a implantação competente de tais projetos. A falta de um maior acompanhamento das secretárias de Educação e Ressocialização impede um melhor desenvolvimento das propostas educacionais.
NAKAYAMA (2011)	Esta pesquisa evidenciou que as necessidades de formação dos/as docentes investigados não estão restritas às questões relacionadas diretamente ao modo de funcionamento dos espaços de privação de

	<p>liberdade, mas sim a questões mais abrangentes relacionadas às particularidades do trabalho docente nesses espaços, às suas metodologias, avaliações e fundamentos da Educação de Jovens e Adultos. Com isto, a pesquisa, reafirma a importância de ampliar a discussão e oportunizar a oferta de formação continuada que leve em consideração as particularidades de atuação e formação dos docentes que atuam nos espaços de privação de liberdade, enquanto direito dos mesmos e dos próprios sujeitos estudantes.</p>
SILVA (2011)	<p>A pesquisa permitiu identificar na escola da prisão, apesar do imensurável número de obstáculos que possui, percebeu um espaço de reconstrução do ser humano aprisionado, superando o entendimento diferente e alheio ao do crime, um conjunto de novas possibilidades.</p>
OLIVEIRA (2012)	<p>Conclui-se que o panorama atual das políticas de educação prescritas e instituídas no sistema prisional brasileiro tem demonstrado fragilidades e necessidades emergentes, fundamentalmente porque a educação escolar nas unidades prisionais atinge um número pequeno de presos no Brasil e no mundo, mas principalmente a possibilidade de uma ação efetiva de educação nas prisões é hoje sustentada, sobretudo, no compromisso pessoal dos educadores, agentes penitenciários e técnicos envolvidos na tarefa.</p>
PEREIRA (2012)	<p>As entrevistas revelaram a importância dessa instituição, apesar de reconhecerem que o espaço prisional é limitado e prejudica o processo educativo, o simples fato de frequentar a escola representa uma possibilidade de continuar se sentindo humano, pois é através dela que passam a ser vistos com outros olhos pelos funcionários da Unidade, pelos familiares e principalmente, pelo Poder Judiciário, no momento de usufruir o direito da progressão de regime. As entrevistas também proporcionaram entender que a escola é compreendida pelos alunos algo positivo dentro da prisão; pois a sala de aula, diferente da cela, é um lugar onde vivenciam experiências de interação, existindo a possibilidade de respeito recíproco, de trocas e cooperação; colaborando com que a pena possa ser vivida de maneira mais humana.</p>
SILVA (2012)	<p>Não constam resultados no resumo da pesquisa.</p>
GOMES (2013)	<p>Não constam resultados no resumo da pesquisa.</p>
OLIVEIRA (2013)	<p>Os resultados mostram que o panorama atual da educação escolar nas prisões tem demonstrado fragilidades, não somente por atingir um número reduzido de presos no Brasil, mas, principalmente, porque a possibilidade de uma ação efetiva de educação nas prisões é sustentada, sobretudo, no compromisso pessoal dos professores, agentes penitenciários e técnicos envolvidos na tarefa.</p>
VIEIRA (2013)	<p>Não constam resultados no resumo da pesquisa.</p>
SIMÃO (2014)	<p>A pesquisa conclui que o consumo e o tráfico de drogas têm implicações para os jovens e para as pessoas com as quais eles</p>

	convivem, especialmente para aquelas que compõem os seus núcleos familiares. Os jovens são aliciados por líderes de "quadrilhas" e acabam se transformando em "operários" do tráfico e "trabalhadores" do crime organizado; a maioria abandona as escolas no início do Ensino Fundamental; muitos são presos e encaminhados para o sistema prisional; outros são mortos na "guerra do tráfico" e até mesmo pelos agentes dos órgãos da segurança pública do Estado.
CAMPOS (2015)	Os resultados da investigação revelam elementos que corroboram a importância da educação para pessoas em situação de restrição e privação de liberdade estar alicerçada nos princípios da educação libertadora e evidenciam os/as professores e funcionários/as da unidade como atores importantes para a transformação da realidade prisional.
ONOFRE (2015)	Não constam resultados no resumo da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

Com relação ao quadro anterior, podemos perceber que as pesquisas analisadas colaboraram muito com as discussões relacionadas às condições físicas dos espaços prisionais, também abordaram as dificuldades de conciliar a educação escolar dos sujeitos privados ou restritos de liberdade com a estrutura organizacional da própria prisão, e da dificuldade que os professores que atuam nestes espaços passam por não conseguirem superar o obstáculo entre segurança e o trabalho pedagógico.

Outra discussão pertinente que foi abordada nas pesquisas é sobre a necessidade de formação continuada desses professores que atuam nos espaços de privação e restrição de liberdade, também se evidenciou a importância da escola na prisão, espaço que proporciona aos sujeitos a oportunidade de continuarem a se sentir humanos, pois é na sala de aula que vivenciam experiências de interação, de respeito, de troca e cooperação entre os sujeitos.

Além disso, também se percebeu que o cenário atual das políticas de educação para o sistema prisional necessita de respaldo e atenção, pois a educação nestes espaços tem atingido um número pequeno de presos, e isto reforça o que já foi relatado com base nos dados do relatório do Infopen (2014). Por fim, revelam a importância da educação nestes espaços para as pessoas em situação de privação ou restrição de liberdade, pois apresentam os princípios da educação libertadora e evidenciam os professores e funcionários como atores importantes para a transformação da realidade prisional.

Com relação aos referenciais teóricos das pesquisas foi levantada a contribuição dos principais autores que fundamentam as pesquisas analisadas. Desse modo, no *quadro 10* estão

sistematizados esses autores perante o foco da pesquisa em relação aos sujeitos da EJA em espaços de privação/restrição de liberdade:

Quadro 10: Distribuição quanto ao eixo de pesquisa, autor e ano, e fundamentação teórica. \*<sup>12</sup>

EIXO DE PESQUISA	AUTOR/ANO	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
Representações dos sujeitos privados de liberdade sobre a educação escolar.	MENDES (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação em presídios (CARREIRA 2008 e 2009);</li> <li>• Instituições penais e a educação dos detentos (FOUCAULT. 1987 e 2007);</li> <li>• As condições reais dos espaços prisionais e a reinserção dos sujeitos privados de liberdade (JULIÃO, 2003 e 2009;).</li> </ul>
	PEREIRA (2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepção dos sujeitos sobre o espaço prisional e o direito penal (BARATTA 1993 e 2002);</li> <li>• A vida na prisão e a relação entre os detentos (BETO, 1981 e 2011);</li> <li>• A organização do Estado e um estudo sobre a Ideologia (CHAUI, 2002 e 2011);</li> <li>• Aspectos sobre a intelectualidade e a origem do Direito (GRAMSCI, 2011, 2010, 2011, 2007, 2011, 2005);</li> <li>• Sobre a Pena e Direito (KANT, 2003 e 1990);</li> <li>• A sociedade capitalista e os direitos dos homens (MARX e ENGELS, 1943, 1982, 1994, 2000 e 2009);</li> </ul>
Formação de docentes/gestores que atuam nas escolas em espaços privados de liberdade.	NAKAYAMA <sup>13</sup> (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Práticas Pedagógicas (LAFFIN, 2006);(SACRISTÁN, 1995);</li> <li>• (FREIRE, 1996); (PIMENTA, 2002);</li> <li>• Relação do/a professor/a os/as alunos/as e da Escola com o Complexo Penitenciário (ONOFRE, 2007); (JULIÃO, 2007 e 2010); (PAIVA, 2009); (CARVALHO, 1999); (GOFFMAN, 2010);</li> <li>• Formação continuada (HADDAD, 2000); (BARRETO, 2006);</li> </ul>

<sup>12</sup>Com a sistematização dos autores que contribuíram com a fundamentação teórico-metodológica das pesquisas analisadas, foram encontrados alguns autores nas referências que não eram utilizados como citações diretas/indiretas durante o trabalho. Entre eles são: no trabalho de Oliveira (2012) o autor: Orlandi (2002 e 2004); no trabalho de Oliveira (2013) os autores: Silva (2011); Sabadell (2009) e Goffman (1974) e por fim no trabalho de Simão (2014) p autor: Maldonado (2001 e 2009).

<sup>13</sup> O trabalho da autora Nakayama (2011) foi o único trabalho que apresentava em seu resumo as categorias, os autores e suas respectivas obras no resumo de sua pesquisa.

Educação escolar nas prisões.	SILVA (2011)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Penas, Direitos e Código Penal (ALBERGARIA, 1988, 1993 e 1995);</li> <li>● Direitos humanos (BITTAR, 2004 e 2010);</li> <li>● Aspectos sobre o poder, disciplina dos corpos sociais (FOUCAULT, 1979 e 2008);</li> <li>● Educação libertadora, EJA (FREIRE, 1978, 1982, 1983 e 2001);</li> <li>● Direito à educação (GADOTTI, 1993, 2006, 2007, 2008 e 2009);</li> <li>● Educação e trabalho na prisão (JULIÃO, 2003, 2007 e 2008);</li> <li>● Autonomia e dignidade humana (KANT, 2008 e 2010);</li> <li>● Estado Social e direitos humanos (MONTEIRO, 2003, 2006 e 2007);</li> <li>● Os desafios da educação e da vida nas prisões (ONOFRE, 2006 e 2007);</li> <li>● Sujeitos e direitos (PEQUENO, 2002, 2005 e 2007);</li> <li>● Percepção filosófica sobre as prisões (PLATÃO, 1986, 2001 e 2009);</li> <li>● Dignidade humana (RABENHORST, 2001, 2002, 2008 e 2010);</li> <li>● Direitos humanos (TOSI, 2002, 2005 e 2005);</li> </ul>
	OLIVEIRA (2012)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ressocialização dos condenados (BARATTA, 1990 e 2002);</li> <li>● Histórico sobre a pena e ressocialização (BITENCOURT, 2001 e 2007);</li> <li>● Educação popular no contexto prisional (FREIRE, 1980, 1987 e 1998);</li> <li>● Sistema vigente e fenômenos sociais (MARX e ENGELS, 1998, 2002 e 2009);</li> <li>● Direitos, ressocialização e reintegração social dos presos (ZAFFARONI, 1983, 1991 e 1999);</li> </ul>
	OLIVEIRA (2013)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Educação em prisões (DE MAEYER, 2006);</li> </ul>
	VIEIRA (2013)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Relações do poder (FOUCAULT, 2005 e 2006);</li> </ul>
	CAMPOS (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Cultura da dominação, escuta das pessoas presas (BOFF, 2003 e 2014);</li> <li>● Pesquisa participante (BRANDÃO, 1986, 2006a, 2006b e 2007);</li> <li>● Instrumentos pedagógicos da socioeducação (COSTA, 2006a, 2006b e 2015);</li> <li>● Pesquisa científica e crítica (DUSSEL,</li> </ul>

		<p>2001);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientização sobre os sujeitos (FIORI, 1986 e 2011);</li> <li>• Educação popular, humanização e educação libertadora (FREIRE, 1984, 1986, 1995, 1997, 1997, 2000, 2007, 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2014a e 2014b);</li> <li>• Educação para pessoas em privação de liberdade (DE MAEYER, 2013, 2011, 2009a, 2009b e 2006); (GADOTTI, 2003, 2010 e 2014); (IRELAND, 2001 e 2011);(JULIÃO, 2007, 2011 e 2012) e (ONOFRE, 2011, 2014a e 2014b);</li> <li>• Profissionais da EJA em espaços de privação de liberdade (SANTOS 2007 e 2011)</li> <li>• Perfil da população carcerário e cultura escolar versus cultura da prisão (VIEIRA, 2012 e 2013);</li> </ul>
	ONOFRE (2015)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• EJA para pessoa privadas de liberdade (FREIRE, 1983, 1995, 2011);</li> <li>• Educação nas prisões (DE MAEYER, 2011 e 2013);</li> <li>• Escola como prática social nos espaços prisionais (ONOFRE, 2002, 2007 e 2013);</li> </ul>
O sentido da educação escolar e as questões de gênero no contexto da prisão.	GOMES (2013)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprendizagem das pessoas presas a partir da pedagogia narrativa (GOODSON, 2007, 2008 e 2008);</li> <li>• Utilização das narrações como práticas pedagógicas (MARTINS, 2002, 2006 e 2007);</li> </ul>
Análise filosófica e história de vida dos sujeitos privados de liberdade.	SIMÃO (2014)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juventudes (ABRAMOVAY, 1999, 2005 e 2006);</li> <li>• Modernidade e os códigos pré-estabelecidos para a exclusão dos sujeitos (BAUMAN, 1998, 1999 e 2005);</li> <li>• Percepção filosófica sobre a juventude (FISCHER, 2001, 1996, 1994, 1996, 1999, 1997 e 2012);</li> <li>• Análise filosófica da vida dos jovens (FOUCAULT, 2000, 1995, 2010, 1992, 1991, 1996, 1997, 1999, 2003, 1987, 2003 e 2010);</li> <li>• Análise e contribuições das obras de Foucault (VEIGA-NETO, 1996 e 2004).</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2016.

De acordo com este quadro, podemos perceber que alguns autores são de certa forma mais utilizados do que outros nas pesquisas selecionadas, e que muitas das obras se repetiam entre as pesquisas analisadas. Entre os autores mais citados, em ordem crescente, estão: Freire (1978<sup>14</sup>, 1982<sup>15</sup>, 1995<sup>16</sup>, 1996<sup>17</sup>, 2000<sup>18</sup>, 2011<sup>19</sup>), Foucault (1979<sup>20</sup>, 1997<sup>21</sup>), Onofre (2007<sup>22</sup>), Julião (2003<sup>23</sup>, 2007<sup>24</sup>, 2009<sup>25</sup>), De Maeyer (2011<sup>26</sup>, 2013<sup>27</sup>), Kant (2003<sup>28</sup>) e Marx e Engels (1982<sup>29</sup>, 2002<sup>30</sup>).

O quadro 10 apresenta diferentes autores que fundamentam as pesquisas e sistematiza os conceitos correspondentes à EJA em espaços prisionais, entre eles: as representações dos sujeitos privados de liberdade sobre a educação escolar, formação de docentes/gestores que atuam nas escolas em espaços de privação de liberdade, a educação escolar nas prisões, o sentido da educação escolar e as questões de gênero no contexto da prisão e, por fim, a análise filosófica e a história de vida dos sujeitos privados de liberdade.

Em seguida, com o objetivo de finalizar este trabalho trago constatações e relações entre as pesquisas analisadas e o meu problema investigado, nas considerações finais deste trabalho de conclusão de curso.

---

<sup>14</sup> FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

<sup>15</sup> FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>16</sup> FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1995.

<sup>17</sup> FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>18</sup> FREIRE, P. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. 1 ed. São Paulo: UNESP, 2000.

<sup>19</sup> FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

<sup>21</sup> FOUCAULT, M. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>22</sup> ONOFRE, E. M. C. Escola da prisão: espaço de construção do homem aprisionado. In: ONOFRE, E. M. C. (org.) Educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

<sup>23</sup> JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Política pública de educação penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Rio de Janeiro, 2003.

<sup>24</sup> JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade: desafios para a política de reinserção social. Salto para o Futuro - TV Escola, SEED - MEC: Boletim, 06, maio 2007. P. 03 - 15.

<sup>25</sup> JULIÃO, E. F. A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009.

<sup>26</sup> DE MAEYER, Marc De. Ter tempo não basta para que alguém se decida aprender. In: IRLEND, Timothy D (Org) Educação em prisões. Em Aberto, Brasília, v.24, n.86, p.43-55. nov/2011.

<sup>27</sup> DE MAEYER, Marc De. A educação na prisão não é uma mera atividade. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.38, n.1, p.33-49, jan/mar. 2013.

<sup>28</sup> KANT, Immanuel. A Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2003.

<sup>29</sup> MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O capital. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.

<sup>30</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após fazer esta pesquisa, percebi que os sujeitos da EJA são os sujeitos que de alguma maneira já foram caracterizados neste trabalho, pensando especialmente nos contextos de privação e restrição de liberdade, em sua maioria são pessoas que vivenciaram, ou ainda vivenciam, negações e restrições de direitos humanos fundamentais.

Com o objetivo de perceber nas pesquisas analisadas compreensões sobre estes sujeitos, inicie este trabalho fazendo a leitura de obras de pesquisadores da EJA em espaços de privação e restrição de liberdade, em seguida analisando a legislação referente a EJA na intenção de identificar como o direito à educação se vincula à compreensão dos estudantes privados de liberdade e em conjunto realizei um mapeamento das pesquisas em âmbito nacional sobre a educação em espaços de privação e restrição de liberdade. Com isso, conseguir perceber o quanto estamos longe de efetivar alguns direitos, entre eles o da educação com relação a estas pessoas.

Entendo que, os direitos assegurados por leis deveriam ser efetivados em quaisquer que sejam os espaços em que as pessoas se encontram, acredito que é o direito à educação deveria acontecer na prática também nos espaços de privação e restrição de liberdade. Com o intuito de aproximar estes sujeitos a experiências e conhecimentos distintos dos que eles já possuem, possibilitando a construção de diferentes concepções sobre o mundo em que vivem. O direito a educação não deve ser visto como um favor, ou um benefício carcerário, para que assim se supere a barreira que está imposta pela sociedade sobre este direito a estas pessoas. Enfim, busco neste trabalho, defender a efetivação de um direito que pode ser capaz de modificar as relações que os sujeitos que estão neste espaço singular, que é a prisão, possam vivenciar na escola situações que possibilitem a construção de novos conceitos e uma nova forma de pensar e enxergar o mundo.

Muitas vezes, as pessoas privadas de liberdade são vistas como pessoas que permaneceram eternamente nestes espaços, o que é um grande engano, pois mais cedo ou mais tarde estas pessoas retornarão a viver em outros espaços sociais, e poderemos nos encontrar num ônibus, numa atividade cotidiana, e espero que esta pessoa tenha vivido neste espaço, vivenciando outras experiências diferentes das que o mundo do crime as proporciona, espero realmente que estas pessoas saiam destes espaços com concepções diferentes das quais as fizeram entrar, que eles sejam pessoas mais humanizadas.

No início deste trabalho, apresentei algumas questões que serviram durante todo o tempo, como incentivadoras para a realização desta pesquisa. Eram inquietações e perguntas chave que me provocavam, me empurravam... Quem são esses sujeitos? Como seu direito à escolarização é tratado? Qual o objetivo desta modalidade nas prisões? Como os estudantes que buscam estudar nesses espaços percebem a escola, os professores e o próprio processo de escolarização? Essas questões foram sendo respondidas aos poucos, e outras apareciam.

Com relação a essas pessoas, podemos descrevê-las com base nos estudos de Arroyo (2005) e Ireland (2010), são geralmente jovens, pobres, negros e com baixa escolaridade, desempregados ou com vínculos informais de emprego que vivem, muitas vezes, no limite da sobrevivência. Portanto, os sujeitos privados de liberdade fazem parte de um contingente de nossa população que não teve assegurado seus direitos fundamentais, antes mesmo de perderem o direito a liberdade.

Da mesma forma que Dayrell (1996) e Onofre (2015) entendem que os sujeitos são atores ativos da história e do mundo em que vivem, e a ação educativa, nesse sentido, pode ser capaz de proporcionar ao indivíduo conhecimentos e habilidades que os façam se entender como sujeitos capazes de transformar a sua história e a história do mundo onde estão inseridos.

Este trabalho buscou dissertar sobre os sujeitos e suas especificidades nos espaços prisionais. Nesse sentido, podemos dizer que pouco se sabe sobre essas pessoas, e que infelizmente não são vistas como parte da sociedade brasileira, o que resulta talvez no total descaso com as instituições prisionais e com os sujeitos que ali estão.

Entendo que, a nossa sociedade precisa compreender que os espaços prisionais fazem parte de nossa própria organização social, e que as pessoas encarceradas são sujeitos desta sociedade. Portanto, só mediante esse entendimento desconstruiremos algumas barreiras impostas até então, porém isso exige maior atenção de todos os setores de nossa sociedade.

Essas barreiras às quais me refiro se relacionam aos direitos negados a estas pessoas que mesmo com tanto aporte legal ainda não tem seus direitos garantidos, e isto ocorre antes mesmo de estarem neste espaço singular que é a prisão. De acordo com Onofre (2015), Arroyo (2005) e Laffin (2007), as pessoas que estão privadas de liberdade são pessoas que antes disso já haviam passado por momentos de privação, privação de direitos básicos, negligenciadas pelo Estado e pela sociedade; pessoas historicamente marginalizadas; “são pessoas invisíveis até cometerem

algum crime, assim definido pelos grupos sociais aos quais nunca pertenceram”. (ONOFRE, 2015, p.142)

Quando pensamos nas escolas de Educação Básica e não entendemos o porquê de tanto descaso, precisamos ampliar nosso ponto de vista e buscar perceber para quem esta instituição é pensada, para que público ela é destinada. E isto, deve acontecer também com relação à instituição prisional. Dessa forma, Onofre (2015) compreende que é preciso entender para quem se destinam as prisões e que população ela abriga, só assim seremos capazes de entender tal descaso nessa situação.

Nesse sentido, a escola no ambiente prisional deve ter espaço para escutar seus alunos, que são na grande parte do tempo em que estão presos silenciados pelas normas do sistema penitenciário. No entanto, se faz necessário abrir espaços para as narrativas de vidas destes sujeitos, para escutar suas experiências, seus desejos. Esta perspectiva faz com que a escola ultrapasse a ideia de que a mesma deve apenas transmitir o conhecimento construído historicamente, e faz com que esta seja vista como um espaço de construção de conhecimentos mútuos, um espaço que reconhece seus alunos como atores e que não pretende excluir seu passado para dar lugar a um novo sujeito, e sim, apresentar novas oportunidades, propiciando experiências diferentes e significativas para esses sujeitos, mostrando outras formas de pensar e agir.

A modalidade EJA nestes espaços tem o objetivo de contribuir para o reconhecimento dos sujeitos sobre si e sobre o mundo, ampliando suas concepções e reconstruir conhecimentos e percepções sobre suas experiências já vividas. Neste espaço, a Educação escolar é vista pelos estudantes como um espaço de escuta, uma forma de passar o tempo ou até mesmo vista como uma possibilidade de remissão de pena. Porém, se tratado de outra forma, o direito à educação destas pessoas a EJA nestes espaços poderiam contribuir com o desenvolvimento destas pessoas, talvez se este direito fosse assegurado para todos como deveria, as concepções destes sujeitos sobre o mundo, sobre a escola, o professor e a própria percepção de vida poriam ser reformulados, vistos de outro ângulo.

Por meio das pesquisas analisadas sobre os sujeitos da educação prisional e suas especificidades, percebi que infelizmente, a concepção destes sujeitos vem sendo pouco discutida entre as pesquisas acadêmicas e os documentos legais e que isto reforça ainda mais o descaso que se tem com esta população que tende a crescer ainda mais. Também foi possível verificar que o

direito a educação realmente não é de todos, num país que defende este propósito o percentual de pessoas privadas de liberdade que participam de alguma atividade educacional é de 10,7% segundo os dados do Infopen (2014).

Esta pesquisa possibilitou também a percepção de que poucas são as pesquisas acadêmicas no campo educacional como tema da educação prisional, e mesmo com os dados de que a população prisional brasileira tem uma baixa escolaridade, apenas um (um) dos 63 (sessenta e três) trabalhos da educação, tinham como tema a alfabetização nos espaços de privação de liberdade.

No entanto, as pesquisas encontradas buscam discutir na grande maioria sobre as percepções dos sujeitos que estão em situação de privação e restrição de liberdade sobre a educação escolar e sobre a própria prisão, o que nos leva a entender que existem movimentos para a escuta e compreensão destes sujeitos.

Esta pesquisa é apenas um movimento inicial dentro de um grande trabalho que proponho para outros pesquisadores e espero também que a partir do que foi apresentado, muitas outras questões possam ser levantadas com relação a este tema que vem de algum modo, sendo silenciado e desvalorizado em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de Jovens – adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. São Paulo: Autêntica, 2005 (p.19-50).

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 15/09/2014

\_\_\_\_ Constituição Federal de 1988. Promulgada em cinco de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28/09/2014

\_\_\_\_ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução n.3, de 15 de junho de 2010. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf)> Acesso em: 28/09/2014

\_\_\_\_ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Resolução n. 2, de 19 de maio de 2010. Disponível em: < <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/70/pdf>> Acesso em: 05/10/2014

\_\_\_\_ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em <[http://forumeja.org.br/mt/sites/forumeja.org.br/mt/files/Diretrizes\\_Operacionais\\_de\\_EJA\\_2010.pdf](http://forumeja.org.br/mt/sites/forumeja.org.br/mt/files/Diretrizes_Operacionais_de_EJA_2010.pdf)>.

\_\_\_\_ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Resolução n. 2, de 19 de maio de 2010.

Disponível em

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)>.

\_\_\_\_ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Resolução n.3, de 15 de junho de 2010. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_98.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf)>

\_\_\_\_ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf)>

\_\_\_\_ Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. Brasília, 24 de novembro de 2011.

\_\_\_\_ Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a lei de execução penal. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm)>Acesso em:

\_\_\_\_ Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, de 27 de junho de 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>

\_\_\_\_ LEI Nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE/SC - 2015) para o decênio 2015-2024 e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacaosc-2015-2024>>

CAMPOS, Aline. Educação, Escola e Prisão [dissertação] O Espaço de Voz de Educandos do Centro de Ressocialização de Rio Claro/SP. Aline Campos; orientador: Elenice Maria Cammarosano Onofre. São Carlos, São Paulo, 2015.

CIAVATTA, M. & RUMMERT, S. M. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> >  
Acesso em: 13/11/2014

CURY, C. R. J. Parecer CNE/CEB n. 11/2000, que dispõe sobre as **Diretrizes Curriculares Para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: MEC/ CNE, 2000.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: DAYRELL, J. (Org.). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 136-161.

DI PIERRO, M. & JOIA, O. RIBEIRO, V. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes** ano XXI, nº 55, novembro/2001.  
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>>  
Acesso em: 22/09/2014

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

GAMBOA, S. A. S. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. In: **Contra Pontos**. Revista do Programa de Pós Graduação - Mestrado em Educação. UNIVALI, Itajaí, v. 3, n. 3, set./dez. 2003.

GOMES, Priscila Ribeiro. Tecendo Fios nos Espaços e Tempos da Escola na Prisão. [tese]. Priscila Ribeiro Gomes; orientador, Maria do Carmo Martins. Campinas, SP, 2013.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501407>>. Acesso em: 22/03/2016

IRELAND, Timothy D. Anotações sobre a educação em prisões: direito, contradições e desafios. In: CRAIDY, Carmen M. (Org.). **Educação em prisões: direito e desafio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

LAFFIN, M. H. L. F. Reciprocidade e acolhimento na educação de jovens e adultos: ações intencionais na relação com o saber. **Educar em Revista**, núm. 29, 2007, p. 101 - 109 Universidade Federal do Paraná. Brasil.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN - Junho de 2014. Disponível em <<http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>> Acesso em: 19/05/2016.

MENDES, Francisco Carlos de Figueiredo. "Um mundo dentro de outro mundo" [dissertação]: educação prisional no estado de Pernambuco/ Francisco Carlos de Figueiredo Mendes; orientador, Flávio Henrique Albert Brayner. Recife, PE, 2011.

NAKAYAMA, Andréa Rettig. O trabalho de professores/as em “um espaço de privação de liberdade” [dissertação]: necessidade de formação continuada/ Andréa Rettig Nakayama; orientadora, Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin. – Florianópolis, SC, 2011.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. "Para além das celas de aula" [dissertação]: a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia Minas Gerais. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira; orientador, Gabriel Humberto Muñoz. Uberlândia, MG, 2012.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educ. Pesqui.** [online]. 2013, vol.39, n.4, pp.955-968. Epub 30-Ago-2013. ISSN 1517-9702.

ONOFRE, Elenice Maria Camarosano. Escola da prisão: espaço de construção da identidade do homem aprisionado? In: ONOFRE, Elenice Maria Camarosano (Org.). **Educação escolar atrás das grades**. São Paulo: EdUFSCar, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas e Programa de Pós-Graduação em Educação Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, maio-ago, 2015.

PEREIRA, Leiva Custodio. "Educação e Prisão" [dissertação]: O Valor da Escola Para os Jovens e Adultos Presos no Centro de Ressocialização de Cuiabá/MT/Leiva Custodio Pereira; orientador, Artemis Augusta Mota Torres. Cuiabá, MT, 2012.

RESENDE, Selmo Haroldo de. "A vida na prisão: histórias de objetivação e sujeição na educação do condenado". In: O espaço da prisão e suas práticas educativas – enfoques e perspectivas contemporâneas. LOURENÇO, Arlindo da Silva; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Orgs.). São Paulo: EdUFSCar, 2011, p.49-80.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, vol. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006, Disponível

em:<[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjZ1ayDpufMAhVDDJAKHVZVA84QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fww2.pucpr.br%2Ffreol%2Findex.php%2Fdialogo%3Fdd99%3Dpdf%26dd1%3D237&usg=AFQjCNHpi3QPJdozgvgygdR3A6h2NwJ\\_oQ&sig2=D37bFP5zbRbpamdJ9UFTWw&bvm=bv.122448493,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjZ1ayDpufMAhVDDJAKHVZVA84QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fww2.pucpr.br%2Ffreol%2Findex.php%2Fdialogo%3Fdd99%3Dpdf%26dd1%3D237&usg=AFQjCNHpi3QPJdozgvgygdR3A6h2NwJ_oQ&sig2=D37bFP5zbRbpamdJ9UFTWw&bvm=bv.122448493,d.Y2I)> Acesso em: 29/04/2016.

SANTA CATARINA. Plano estadual de Educação em Prisões. Disponível em <[http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisional/planos-estaduais-de-educacao-nas-prisoas/peep\\_sc-cd-mec.pdf](http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/educacao-no-sistema-prisional/planos-estaduais-de-educacao-nas-prisoas/peep_sc-cd-mec.pdf)>

SANTOS, Silvio dos. A educação escolar na prisão sob a ótica de detentos. In: ONOFRE, Camarosano Elenice Maria (Org.). **Educação escolar atrás das grades**. São Paulo: EdUFSCar, 2007.

SILVA, José Marcelo Conceição. "Para cada pé, um sapato!?" [dissertação]: A educação como uma das formas para reinserir o preso na sociedade. José Marcelo Conceição Silva; orientador, Wilson Roberto de Mattos. Salvador, BA, 2012.

SILVA, Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento. "Que pode a Educação na prisão?" [dissertação] Ramon Santos do Nascimento Mazukyevicz Silva; orientador, Rômulo Rhemo Palitot Braga. João Pessoa, PB, 2011.

SIMÃO, Ailon do Vale. Juventude em Discurso [tese] Histórias de Vida de Jovens Aprisionados, no Município de Cáceres/MT. Ailon do Vale Simão; orientador, Rosa Maria Bueno Fischer. Porto Alegre, RS, 2014.

VALDÉS, Raúl et. al. (coord.). **Contribuições conceituais da educação de pessoas jovens e adultas**: rumo a construção de sentidos comuns na diversidade. Trad. De Daniele Martins, Zenaide Romanovsky. Goiânia: Ed. UFG, 2014.

VASQUEZ, E. L. Educação prisional no Brasil: discursos, práticas e culturas. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

VIEIRA, Elizabeth de Lima Gil. A cultura da escola prisional: entre o instituído e o instituinte. Educ. Real. [online]. 2013, vol.38, n.1, pp.93-112. ISSN 2175-6236.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362013000100007>.